

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**CONSTRUINDO PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: CONTRIBUIÇÕES
DO SERVIÇO SOCIAL**


Prof.^a Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 09 / 07 / 2003

SANDRA SALERNO

SEMESTRE 2003.1

SANDRA SALERNO

**CONSTRUINDO PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: CONTRIBUIÇÕES
DO SERVIÇO SOCIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para obtenção do
Título de bacharel em Serviço Social, orientado
pela Professora Rita de Cássia Gonçalves**

FLORIANÓPOLIS/SC, SEMESTRE 2003.1

SANDRA SALERNO

**CONSTRUINDO PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: CONTRIBUIÇÕES
DO SERVIÇO SOCIAL**

**Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso em
Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.**

Membros da Banca Examinadora:

RITA DE CÁSSIA GONÇALVES

Presidente

LIGIA HELENA HAHN LUCHMANN

1º Examinador

SIMONE MATOS MACHADO

1º Examinador

FLORIANÓPOLIS/SC, SEMESTRE 2003.1

*É politicamente **pobre** o cidadão que somente reclama, mas não se organiza **para** reagir, não se associa para reivindicar, não se congrega para influir.*

Pedro Demo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo maravilhoso dom da vida, por sua presença constante em todos os minutos da minha caminhada e proteção muitas vezes despercebida.

Agradeço aos meus pais Vilso e Clari, pelo presente mais sublime: a vida. Por todo amor, carinho e ensinamentos, os quais me levaram sempre num caminho seguro, buscando ser uma pessoa melhor a cada dia.

À minha querida irmã Priscila, por simplesmente ser minha irmã, quem sempre me deu muita força e carinho, estando sempre presente e disposta a ajudar.

Ao meu namorado Roberto, por toda a compreensão e companheirismo.

Um agradecimento muito especial, à minha orientadora Rita, pela pessoa maravilhosa, atenciosa e carinhosa. Por toda paciência, atenção e disponibilidade. E principalmente pelos ensinamentos durante a elaboração deste trabalho.

À supervisora de campo Simone, pelo conhecimento compartilhado, ensinamentos durante a prática vivenciada e pela amizade com que sempre nos tratou.

Aos professores, que de alguma forma auxiliaram na minha formação.

Aos meus amigos da faculdade, especialmente à amiga Renata que esteve presente nessa etapa final, companheira para todas as horas.

À amiga Marlúcia e seu marido Mário, por toda a ajuda e apoio.

A todas as demais pessoas que direta ou indiretamente estiveram presentes e colaboraram para a efetiva conclusão desse trabalho.

A todos vocês, muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....08

INTRODUÇÃO.....09

CAPÍTULO 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS EM BUSCA DOS DIREITOS DO CIDADÃO.....11

1.1 – Caminhos Percorridos pelos Movimentos Sociais no Brasil.....11

1.2 – A Origem do Fórum Nacional de Reforma Urbana.....21

1.3 – Espaços de Participação Social.....26

1.4 – Estatuto da Cidade na Busca pela Democratização da Cidadania.....29

CAPÍTULO 2 – CAMINHOS À CONSTRUÇÃO DO PROCESSO SÓCIO-POLÍTICO NAS ORGANIZAÇÕES SÓCIO-POPULAR-COMUNITÁRIAS.....33

2.1 – O NESSOP na Relação Universidade e Sociedade.....33

2.2 – Fórum da Cidade enquanto espaço de articulação.....39

2.3 – Significando a Experiência Vivenciada junto às Lideranças Comunitárias do Sul da Ilha de Florianópolis.....42

2.3.1 – Contextualizando a pesquisa.....45

2.3.2 – Procedimentos metodológicos para a coleta e análise de dados.....45

2.3.3 – Sujeitos da pesquisa.....46

2.3.4 – Estratégias para a coleta de dados.....46

2.3.5 – Análise de dados.....47

2.3.6 – Aspectos éticos.....48

2.3.7 – Dados empíricos: retrato do perfil das lideranças
pesquisadas.....48

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....65

REFERÊNCIAS.....67

ANEXOS.....70

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I: Mapeamento de líderes por sexo.....	49
GRÁFICO II: Mapeamento das lideranças por faixa etária.....	50
GRÁFICO III: Mapeamento da origem e procedência dos líderes.....	51
GRÁFICO IV: Mapeamento do estado civil das lideranças comunitárias.....	52
GRÁFICO V: Mapeamento do grau de escolaridade.....	53
GRÁFICO VI: Mapeamento dos líderes chefes de família.....	54
GRÁFICO VII: Mapeamento da Religião dos líderes.....	54
GRÁFICO VIII: Mapeamento da cor das lideranças.....	55
GRÁFICO IX: Mapeamento da situação empregatícia dos líderes.....	56
GRÁFICO X: Mapeamento da renda familiar das mulheres.....	56
GRÁFICO XI: Mapeamento da renda familiar dos homens.....	57
GRÁFICO XII: Mapeamento da participação dos líderes em atividades políticas e sociais....	58
GRÁFICO XIII: Mapeamento das horas semanais dedicadas à entidade.....	59
GRÁFICO XIV: Mapeamento da periodicidade das reuniões das entidades.....	59
GRÁFICO XV: Mapeamento das entidades que mantém algum convênio e/ou subvenção....	60
GRÁFICO XVI: Mapeamento da relação das entidades com a Prefeitura Municipal.....	61
GRÁFICO XVII: Mapeamento da relação das entidades com outras associações/movimentos.....	62
GRÁFICO XVIII: Mapeamento da relação das entidades comunitárias com a UFSC.....	62
GRÁFICO XIX: Mapeamento das principais dificuldades enfrentadas pelas entidades comunitárias.....	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é exigido pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social. Esse trabalho de conclusão de curso apresenta, como objeto de estudo, os movimentos sociais e as diversas manifestações de necessidades, interesses e representações da sociedade civil, na busca da cidadania enquanto construção da autonomia no interesse da coletividade.

Na perspectiva de resgatar um pouco da história dos movimentos sociais em âmbito nacional e lideranças comunitárias de Florianópolis, baseamos nossos estudos na prática do Serviço Social, vivido durante o estágio realizado no NESSOP, no semestre 2002/2, e na participação do projeto Fórum da Cidade, onde podemos levantar dados sobre a realidade, tanto do ponto de vista do associativismo civil, quanto do poder público.

Através da pesquisa aplicada em conjunto com o grupo de extensão das Ciências Sociais, estagiários do NESSOP e alunas da disciplina DSS 5166 - Processos de Trabalho em Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direito, durante o estágio, tivemos como objetivo identificar e analisar quantitativamente e qualitativamente os dados que dizem respeito às lideranças comunitárias, as quais têm seu exercício voltado para a efetivação da cidadania dos integrantes das comunidades, tentando despertá-los para a luta por melhores condições de vida.

O presente trabalho divide-se em dois capítulos. No primeiro capítulo, contextualizamos os Movimentos Sociais no Brasil e o Fórum da Reforma Urbana, buscando esclarecer um pouco desses movimentos, trazendo os principais movimentos e suas formas de reação. Enfocamos também, a Participação Social e o Estatuto da Cidade, a construção ao

longo do tempo, que engloba a luta de setores menos favorecidos da sociedade e a sanção da lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade e suas especificidades.

No segundo capítulo, apresentamos a participação da Universidade junto às comunidades, através dos projetos do NESSOP, que buscam trabalhar com a construção do coletivo, proporcionando aos movimentos sócio-popular-comunitários um conhecimento cada vez mais crítico do momento histórico e atual. A criação do Fórum da Cidade, que propõe a evolução do movimento comunitário em Florianópolis, como forma de unir todas as entidades sócio-comunitárias, incluindo a Universidade, na busca do conhecimento do Estatuto da Cidade, bem como a sua implementação. Também nesse mesmo capítulo, trabalharemos metodologicamente a aplicação de um questionário, com o objetivo de levantar o perfil das lideranças comunitárias do Sul da Ilha de Florianópolis, analisando os dados quantitativamente, pois entendemos ser este caminho o mais adequado para chegarmos a resposta que buscamos, ou seja, de saber como são esses sujeitos que lideram as entidades comunitárias.

Assim, depois de toda essa trajetória percorrida, na tentativa de sistematizar esses conhecimentos, estimamos que seja mais uma contribuição que leve esses atores sociais na busca por qualidade de vida e que desperte cada vez mais participação nas atuais lutas por inclusão social.

Para finalizar, serão apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas na fundamentação teórica deste trabalho.

CAPÍTULO 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS EM BUSCA DOS DIREITOS DO CIDADÃO

1.1 – Caminhos Percorridos pelos Movimentos Sociais no Brasil

Os movimentos sociais têm expressão através das questões sociais, que estão relacionadas com a vontade de construir e reconstruir a sociedade em seu conjunto de maneira favorável aos interesses coletivos, envolvendo sujeitos e relações na construção conjunta, democrática e participativa da luta política de um país, contribuindo para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva de movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressiva como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 2000, p. 251-252)

Destacamos o fenômeno da globalização, como sendo fato recente de algumas décadas, mas também, está vinculada e ligada à política neoliberal a qual, acentuando as diferenciações entre as classes sociais.

Os movimentos sociais na sociedade globalizada, informatizada, desenvolvem-se, portanto, por meio de relações e articulações que assumem a forma de redes de solidariedade e de estratégia. Uma agenda de pesquisa que visa avaliar o significado dessas redes na esfera pública deverá investigar a dialeticidade entre as redes sociais, submersas, do cotidiano, e as redes políticas, manifestas do associativismo; a localização e a realocização das redes e o significado de seus vários territórios de referência simbólica e estratégica; enfim, a articulação entre memória e utopia. (SCHERER-WARREN, 2000, p. 54)

Num primeiro momento, podemos dizer, que os novos movimentos sociais surgem e se desenvolvem, por um motivo de ordem estrutural: o regime político-militar a partir dos anos 60, que havia proibido e reprimido os espaços de participação popular; os sindicatos e partidos políticos. A partir disso, a sociedade obriga-se a buscar outros meios de se organizar e fazer modificações da pauta de reivindicações junto ao Estado.

Os novos movimentos sociais identificam novas formas de opressão, e Sousa Santos, observa uma característica muito importante:

As formas de opressão e de exclusão contra as quais lutam não podem, em geral ser abolidas com a mera concessão de direitos, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais, exigências que, em ambos os casos, extravasam da mera concessão de direitos abstratos e universais. (SOUSA SANTOS, 1996, p. 261)

No começo dos estudos, de acordo com Gohn, o Movimento Social era tido apenas como operário, pois no âmbito do Marxismo, ele correspondia ao caráter da luta de classe entre proletariado versus burguesia. Mas cientistas sociais e estudiosos do assunto de outras

áreas, reivindicaram a inclusão de outros movimentos no conceito de Movimentos Sociais, como o movimento das mulheres, movimento estudantil, movimentos rápidos como o movimento contra a carestia, movimento de favelados, e na época da ditadura, movimentos contra o Regime Militar, que aliás foi um dos momentos de maior criação dos Movimentos Sociais e seus estudiosos.

Gohn afirma que, a partir dos anos 70, foi registrado no Brasil o surgimento ou ressurgimento de um número quantitativo de movimentos sociais. Os estudos dos movimentos sociais começaram num campo teórico forte, através de cientistas sociais, que buscavam através de pesquisas e análises dos movimentos, entender como funcionava a organização das sociedades na busca das transformações sociais, trazendo assim, a discussão que a história se alterava com a força da sociedade, que não passava pelas épocas de forma passiva, mas sim ativamente nas transformações. Nessa época, os movimentos populares mais significativos, têm como principais reivindicações, lutas isoladas por: água, luz, transportes, creches.

Esse período, foi marcado por profundas mudanças econômicas e políticas, que provocaram a emergência vigorosa de novas demandas sociais. O Estado burocrático-autoritário, que se estabeleceu com a ditadura militar, fechou no entanto, até mesmo os precários canais de expressão e negociação de interesses e conflitos mantidos pelo populismo. Neste contexto de ausência de canais de interlocução, emergem novos movimentos sociais como captadores destas novas demandas sociais, sua ação abre novos espaços para a ação política. Na ausência de espaços legítimos de negociação de conflitos, o cotidiano, o local de moradia, a periferia tornam-se espaços de questões públicas, lugares de ação política, constituindo sujeitos com identidades e formas de organização diferentes daquelas do sindicato e do partido.

Quando se fala em movimentos sociais da década de 80, temos movimentos fortalecidos, que haviam acabado de dar um grande salto qualitativo, saindo das reivindicações isoladas para formas agregadas mais amplas das demandas populares.

Essa etapa é marcada com a nova conjuntura política, as diferenças foram explicitadas, acentuando as diferenças político-partidárias. Em novembro de 1982, o acesso de parcela da oposição ao poder, selou a quebra da unidade.

Os movimentos populares se subdividiram. Alguns não resistiram à nova conjuntura e desapareceram [...]. Outros se perderam nos meandros das articulações em torno das novas políticas sociais engendradas pelos novos governos estaduais e municipais. Alguns se fortaleceram e retiraram da crise o amálgama para delinear novos perfis, a exemplo da luta pela moradia. (GOHN, 1991, p. 13)

Sentimos que nas relações de direito público e privado do cidadão, o Estado se coloca como um dos setores responsáveis por essa administração, porém o que se vêm analisando na sociedade contemporânea é que o capitalismo centrado na economia atual, continua sendo o nascedouro das desigualdades legitimadas politicamente pelo projeto Neoliberal.

Este projeto com um crescimento ofensivo desde os fins da década de 80, vêm interagindo sobretudo na reestruturação produtiva do capital, com efeitos negativos no mercado de trabalho como: desemprego, precarização nos mercados de trabalho, crescimento das cidades e com ela a violência, o abandono de crianças e idosos, o tráfico, o narcotráfico e as crescentes desigualdades que vão sendo redesenhadas na história da sociedade. Essas políticas põem o crescimento econômico como a única razão de ser da economia, restringindo a responsabilidade do estado de garantir o mínimo que os cidadãos merecem.

Temos uma nova fase dos movimentos sociais, com o processo constituinte, onde o amplo movimento de participação popular elaborou emendas populares à Constituição e coletou subscrições em todo o país. Nesse momento as experiências da fase anterior, predominantemente reivindicativa, de ação direta ou de rua, são sistematizadas e traduzidas

em propostas políticas mais elaboradas. Essa emergência dos chamados novos movimentos sociais, que se caracterizou pela conquista do direito a ter direitos, do direito a participar da redefinição dos direitos e da sociedade, resultou na Constituição de 1988, no seu artigo 1º diz que “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Esta Constituição prevê a participação direta dos cidadãos através dos chamados institutos de lei, as tribunas populares, os conselhos e outros canais institucionais de participação popular.

Com expressão organizativa, surge no ano de 1979 em Santa Catarina, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, espalhando-se por todo o Brasil, realizando centenas de ocupações de terras, organizam-se em acampamentos, lutando pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo governo. Mas é em 1984, durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), que foi fundado oficialmente o MST. No ano seguinte e já organizado nacionalmente, acontece o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. O MST não surgiu do nada, tudo começou no final da década de 70, em plena ditadura militar, quando o país vivia o chamado “milagre brasileiro”, que para os pobres do campo e da cidade estava mais para “praga brasileira”: desemprego e migração dos camponeses para as cidades. A intensa mecanização da agricultura introduzida pelos governos militares expulsou assalariados, arrendatários e parceiros do campo. Nos anos de 90 o movimento popular pela moradia cresce e o MST transforma-se no maior movimento popular do país, tendo como sua maior luta a reforma agrária.

Entre 1994 a 1997 a atuação do MST se ampliou consideravelmente e ele elaborou projetos para a frente que passou a ser sua maior bandeira de luta: a reforma agrária. O problema do aumento da violência urbana, gerado pelo desemprego, levou a sociedade brasileira, de modo geral, a apoiar a luta dos sem-terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem no campo, diminuir a pobreza nas cidades, e diminuir aquela violência. Assim, a reforma agrária foi deixando de ser um tabu no Brasil, passando-se a construir uma nova representação sobre essa realidade. A “causa” dos sem-terra passou a ser considerada justa nas pesquisas e enquetes de opinião

pública, embora a grande maioria rejeite as “invasões de terras” como forma de pressão. (GOHN, 2000, p. 305)

A história da maioria das entidades comunitárias, tem como origem a intensidade momentânea de um problema muito concreto, cuja solução todos os moradores reconheceram como existencial, acima das diferenças existentes, que é a garantia da própria moradia. As entidades comunitárias surgem pelo motivo das necessidades trazidas pelas questões sociais existentes e para se transformar em organizações estáveis precisam passar por vários processos de aprendizado e mudanças estruturais.

Estas agrupações nascem da confrontação com as estruturas sociais dominantes que as cercam, e por outro lado estão desde o início, e durante toda a sua vigência, marcadas pelas condições concretas da cidade em que surgem, e também pelas faces de desenvolvimento econômico e político do país como um todo. (MOISES, 1982, p. 113).

Quando falamos de surgimento dos movimentos, as organizações sócio-popular-comunitárias, podem ser vistas através de dois modelos básicos. No primeiro estão as organizações que nascem da luta pelas necessidades dos moradores, surgindo de forma espontânea a partir de uma determinada necessidade que precisa de solução imediata. No segundo modelo, estão as organizações que nascem fundadas por instituições de Estado ou loteadores privados.

Para que essas entidades comunitárias possam ter resultados é necessário que os próprios moradores estejam sempre presentes no decorrer da tomada de decisões, assumindo as conseqüências e evitando que os dirigentes tomem decisões que não sejam o que a maioria da comunidade almeja. Apesar dos moradores ter como obrigação estar sempre presentes nas decisões, as entidades comunitárias pela “lei natural”, sempre precisam de lideranças que tomem frente dos movimentos e que possam buscar subsídios mais concretos na luta em busca dos ideais.

De importância fundamental para a orientação e continuidade das lutas de bairro é a capacitação do dirigente para concretizar alianças e ações coordenadas com outros bairros ou também com os sindicatos. Nisto, a extração social pode desempenhar papel decisivo, pois os dirigentes pequeno-burgueses tendem a buscar soluções isoladas; para os líderes operários é mais natural buscar combinar as lutas de bairro com as da fábrica, especialmente se têm experiência sindical. (MOISES, 1982, P. 157)

Com a Constituição de 1988, formou-se um novo cenário, onde a sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar seus direitos de cidadania. Os novos movimentos sociais que surgiram, eram mais voltados para as questões éticas ou de revalorização da vida humana, buscando condições de sobrevivência física dos indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual de alimento ou terra para produzi-lo.

Retomou-se a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvido no país, como direito à vida e à sobrevivência. O aumento da miséria, em particular nos grandes centros urbanos, é o principal fator explicativo dessa primeira direção. O segundo localiza-se no plano da moral, que ganhou lugar central como eixo articulador dos fatores que explicam a eclosão das lutas sociais. (GOHN, 2000, p.309)

Surge também no cenário das ações coletivas o fortalecimento das redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, coordenados por ONGs. Os movimentos sociais, desafiados pela complexa construção de possibilidades de participar na proposição, negociação e gestão de políticas públicas, vivem uma nova fase, que enfatiza sobremaneira a necessidade de capacitação técnica e política das suas lideranças, para que possam ocupar de modo qualificado os espaços de co-gestão conquistados. Isso tem contribuído fortemente para a emergência, com maior visibilidade na cena pública, das ONGs que, nas décadas anteriores mantiveram-se no discreto papel de apoio aos movimentos ou de agentes de educação popular.

Scherer-Warren (1996), ainda que de forma hipotética, nos coloca as principais características das Redes de Movimentos Sociais: a busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; a transnacionalidade; o pluralismo organizacional e ideológico e a atuação nos campos cultural e político.

Na primeira característica, está a própria razão de existir das redes, que ocorre de forma variada e múltiplas razões. Conforme Scherer-Warren (1996, p. 119), “podendo se articular organizações populares do mesmo tipo (como as associações de bairro) ou organizações em torno de uma demanda bastante específica [...] com o objetivo de se construir numa força mais ampla”. A autora cita como exemplo de rede dessa segunda forma, a ANSUR (Articulação Nacional do Solo Urbano), que em 1991 transformou-se numa ONG, agora denominada de Associação Nacional do Solo Urbano, e passando a fazer parte de uma outra Rede, o Fórum Nacional da Reforma Urbana. Pode também, haver a possibilidade de ocorrer articulações informais, que segundo Scherer-Warren (1996, p. 119) são “ocorridas em função de lutas conjunturais, por exemplo, durante os trabalhos da constituinte para o encaminhamento de emendas populares”.

A característica da transnacionalidade apresenta-se com níveis de intensidade variados. A forma como os organismos nacionais freqüentemente mantém suas atividades, reside no financiamento internacional. No entanto, deve-se ressaltar, conforme Lux Vidal (1996, p. 120) que “as ONGs de fora não são vistas apenas como repassadoras de fundos e as daqui como executoras de projetos. A cooperação é de mão dupla, instaurando assim um novo estilo de cooperação internacional... Discutem-se prioridades e estratégias conjuntas [...]”.

O pluralismo organizacional e ideológico, deve ser entendido pelo fato dos mesmos atores poderem participar de várias organizações ou redes ou ainda de uma articulação absorver atores com concepções políticas e ideológicas múltiplas. Nesse caso, de acordo com

Scherer-Warren (1996, p. 121) “é necessário que os atores compartilhem de princípios éticos mínimos comuns” como o combate à miséria, à degradação ambiental, etc.

Por fim, a atuação nos campos cultural e político. Os sujeitos políticos surgidos durante as décadas de 70 e 80 tinham por objetivo a autoconstrução enquanto novos atores políticos e a redefinição dos espaços da cidadania em toda a sua potencialidade. Agora, as redes procuram formar novos valores sociais, segundo Scherer-Warren (1996, p. 121) “sobretudo em relação ao binômio Liberdade (e democracia) e Sobrevivência (com direito a uma vida digna e ecologicamente saudável)”.

Os Movimentos Sociais, por terem essa característica de se articularem em redes, acabaram por influenciar uma mudança substancial no caráter desses organismos. Nos anos 90 é possível observar uma diminuição dos movimentos sociais organizados e um crescimento das próprias redes, que rapidamente optaram por um certo burocratismo, transformando-se em organizações formais, ou seja, ONGs.

Dentro de um contexto histórico, podemos definir ONGs como:

...organizações formais, privadas porém com fins públicos, sem fins lucrativos, auto-governadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global). (SCHERER-WARREN, s/d, p. 5-6)

Podemos dizer, então, que caberia às ONGs o papel de educação popular e o de formação da consciência de classe para as camadas populares, através de programas de treinamento de lideranças políticas. Dentro desta perspectiva, a fragmentação do trabalho das assessorias junto às bases populares constitui-se num grande desafio que deve ser vencido.

Para termos uma visão mais ampla sobre as lutas sociais no Brasil, Gohn (2000) faz um mapeamento do cenário dos movimentos sociais no Brasil, entre os anos de 1972 à 1997 (anexos), sendo separados por ciclos. Onde nos anos 70 e 80, uma fase de emergência muito vigorosa dos novos movimentos sociais, movimentos que se organizam como espaços de ação reivindicativa, que recusam relações subordinadas, de tutela ou de cooptação por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições. Se os anos 70 caracterizam-se pela disseminação de uma multiplicidade de organizações populares, nos anos 80 temos sua articulação em federações municipais, estaduais e nacionais, entidades representativas desses movimentos, cujas expressões mais fortes são a construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Partido dos Trabalhadores. E nos anos 90, os movimentos sociais são marcados não só pela reivindicação de obter e garantir direitos, previstos na Constituição de 1988, mas também pela ampliação desses direitos, participando da definição e da gestão dos mesmos.

Desta forma, falando de movimentos sociais, não podemos deixar passar o Movimento pela Reforma Urbana, onde a cidade atual passa a ser vista como um objeto passível de reforma, surgindo a necessidade de uma nova ordem urbana que já se encontra em gestação e que fará surgir uma nova ordem social, resgatando valores de que cidade e liberdade são sinônimos. Esta nova ordem urbana precisa se construir a partir de uma reforma total nas relações existentes hoje.

1.2 – A Origem do Fórum Nacional da Reforma Urbana

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana, surgido na década de 60 e silenciado pela repressão da ditadura militar instaurada em 64, foi retomado a partir dos anos 1987-1988, período da Assembléia Nacional Constituinte, formado por movimentos de moradia, ONGs, intelectuais vinculados à temática urbana e algumas entidades classistas, tendo por objetivo construir uma proposta de lei a ser incorporada pela Constituição, tornando-se parâmetro para a intervenção do poder público no espaço urbano na direção de alterar o perfil das cidades brasileiras, marcado por desigualdades sociais de várias ordens. Essa desigualdade surgiu devido ao crescimento acelerado das cidades, e esse crescimento não foi acompanhado e não teve uma atuação efetiva do poder público, para atender esses problemas que se tornaram cada vez mais comuns como: a questão da habitação e o uso planejado do solo urbano, saneamento básico, transporte, etc.

Sendo criado então o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que tem como atual coordenação as seguintes organizações:

1) ONGs:

- ANSUR – Associação Nacional do Solo Urbano;
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional;
- POLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais;

2) Movimentos Populares:

- MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia;
- UNMP – União Nacional por Moradia;
- CMP – Central de Movimentos Populares;

3) Organizações sindicais:

- FENAE – Federação Nacional das Associações de Funcionários da Caixa Econômica Federal;
- FNA – Federação Nacional dos Arquitetos.

Os princípios fundamentais que orientam sua ação são:

Direito à cidade e à cidadania, entendida como a participação dos habitantes das cidades na condução de seus destinos. Inclui o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, à educação, à saúde, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, e à informação. Inclui também o respeito às minorias, a pluralidade étnica, sexual e cultural e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, etnia, raça, linguagem e crença; Gestão democrática da Cidade, entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle social; à participação da sociedade civil; função social da Cidade e da Propriedade, como prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade. É o uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder e de cultura dentro dos parâmetros de justiça e da criação das condições ambientalmente sustentáveis. (FNUR – Folheto de apresentação)

Cerqueira (1997), traz três eixos principais de orientação dessa manifestação de movimentos sociais:

- a) instituição da gestão democrática da cidade, buscando ampliar os espaços institucionais de participação no Estado, ampliando assim o exercício da cidadania e aumentando a própria eficiência da ação governamental, dentro de práticas participativas – como o Orçamento Participativo ou o Planejamento Participativo – tendo como aporte teórico o paradigma da Democracia Participativa;
- b) fortalecimento da regulação pública do uso do solo urbano, a partir de novos instrumentos jurídicos de regulação da política fundiária urbana que tendem a garantir o funcionamento do mercado de terras condizentes com os princípios da função social da propriedade imobiliária e da justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização;

c) inversão de prioridades no tocante à política de investimentos urbanos, de tal maneira que se favoreça às necessidades sociais de consumo das camadas populares e não apenas às demandas das elites urbanas, uma vez que aquelas atualmente se encontram numa situação de extrema desigualdade social, principalmente em razão da espoliação urbana de que foram vítimas ao longo da história brasileira.

Atualmente, 81% da população brasileira vivem na cidade, mais com o resultado da ausência do governo neste planejamento do crescimento urbano, fez com que a cidade se dividisse em duas áreas, uma área provida de serviços e infraestrutura, que atende a sua função social, e outra periférica desprovida totalmente de um acesso digno a esses serviços e infra-estrutura.

Os movimentos urbanos surgiram exatamente por esse motivo, reivindicar melhores condições de vida nas cidades. Nos anos 60 o tema reforma urbana já tinha aparecido na sociedade brasileira, mas é nos anos 70 e 80, período da Assembléia Constituinte, que esses movimentos ganharam visibilidade e relevância política, capazes de construir um discurso e uma prática social marcados pela autonomia em relação ao estado. As suas reivindicações foram apresentadas como direito e isso conferiu um corte importante em relação aos movimentos urbanos anteriores, que se relacionavam com o poder nos parâmetros do paternalismo.

É apresentado como um conjunto de reformas necessárias para alterar esse quadro de desigualdades, reivindicando uma nova ética social, que trazia como dimensão importante à politização da questão urbana, compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira.

A questão urbana foi representada na Constituição de 1988 através dos artigos 182 e 183, que trazem como novidade a orientação para que as cidades cumpram sua função social e promovam o bem-estar de seus habitantes, a diminuição das desigualdades sociais, a

necessidade da criação de mecanismos de participação da sociedade na gestão da cidade e a abertura para os cidadãos participarem da elaboração das Leis Orgânicas Municipais e das Constituições Estaduais.

Art. 182 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para ares incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública com emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183 – Aquele que possuir como sua área urbana até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O Título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana nasceu para disseminar e lutar pela plataforma da Reforma Urbana no bojo do processo constituinte brasileiro. É o resultado das articulações de várias organizações da sociedade civil que atuam na questão urbana, como ONGs (Instituto Pólis, Fase, Ação Urbana, Caap); sindicatos (Federações Nacionais de Engenheiros, Arquitetos, funcionários da Caixa Econômica Federal); movimentos sociais urbanos (CMP, UNMP, MNLN, CONAM), e atua no Brasil desde a Constituinte de 1988. Articula-se

também com outras organizações da sociedade, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil-IAB, IBAM, ANPUR - Associação Nacional de pós-graduação em Planejamento Urbano, e OAB, tentando ampliar sua área de atuação. O FNRU também prestou assessoria às organizações sociais locais no seu processo de interlocução junto ao poder público para a elaboração das Leis Orgânicas Municipais. Recentemente obteve uma vitória significativa com a sanção da lei conhecida como Estatuto da Cidade, vigente desde outubro de 2001, após uma luta de 11 anos. Atualmente apóia a aprovação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em tramitação na Câmara dos Deputados desde 1992.

A luta pela Reforma Urbana é pautada no entendimento de que não existe a cidade ideal, mas sim uma cidade real, histórica e herdada das gerações passadas, onde não podemos pensar uma cidadania plena sem considerar o lugar onde se vive. O acesso a bens e serviços é essencial à garantia do direito à vida na cidade, onde o lugar do cidadão parte da construção do direito à cidadania. Então toda a luta pela Reforma Urbana está pautada em princípios teóricos oriundos da participação social e da auto-legitimação da sociedade.

1.3 – Espaços de Participação Social

A participação é importante nessa trajetória, pois constitui um processo dialético, numa prática cotidiana onde o efetivo processo participativo se concretizará a partir de variados tipos de relações sociais vigentes na sociedade, assim segundo Ammann (1978, p. 61), “a participação social, é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção na gestão e no uso fruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada.”

A política de formação está muito coerente à relação de que a educação popular é uma prática que está sendo criada, transformada e desenvolvida basicamente ao conhecimento das camadas populares.

Contudo, o que se observa é que para a efetiva concretização dessa política de formação é necessária a participação firme de todos que estão envolvidos nesse projeto, tanto os educadores, monitores, estagiários, quanto dos representantes do Movimento Sócio-Popular-Comunitário.

Nos anos 90, temos uma generalização do discurso da participação, onde surgem os mais diversos atores sociais, tanto na sociedade como no Estado, reivindicam e apóiam a participação social, a democracia participativa, o controle social sobre o Estado, a realização de parcerias entre Estado e a sociedade civil.

Na gestão das questões que dizem respeito ao destino comum a participação é uma aspiração de todos os grupos sociais. A exclusão de alguns grupos dos espaços em que essa responsabilidade é exercida, é uma característica, que se estende ao longo de quase toda a história da política, especialmente na história dos Estados. Os grupos excluídos do poder sempre se organizaram, para recuperar sua capacidade de intervir no destino das decisões que

lhes afetam. Os setores excluídos foram, no entanto, persistentes na construção de seu lugar como atores na história e suas possibilidades de participarem da definição de seus rumos.

Participar da gestão dos destinos da sociedade, significou a contestação e a oposição ao Estado autoritário e centralizador. Foi uma participação centrada na construção social de novos valores democráticos, da relevância, da legitimidade, da justiça, da pertinência das demandas e dos atores sociais excluídos, do seu direito a ter direitos. Significou a redefinição do que a sociedade considera e assume como direitos, a quem os atribui e a quem os nega. Significou a construção de uma real sociedade civil em um país que sempre evitou construí-la.

Essa participação dos interesses coletivos passa então a significar também participar do governo, da sociedade, disputar espaço no Estado, na definição das políticas públicas. A participação social, seus espaços e instrumentos, são conquista e construção da sociedade.

...deve-se mencionar a muito recente socialização para uma democracia participativa, com diminuta mobilização e frágil capacitação para se fazer representar com legitimidade nas estruturas instituídas do poder político; a dificuldade em ultrapassar a fase da mera denúncia, para a de formulação de propostas legítimas e de qualidade dentro da comunidade; e a frágil capacidade de combater as tentativas de preempção/apropriação das propostas cidadãs, unilateralmente pelo Estado. (SCHERER-WARREN, 2001, p. 51)

Na atualidade, as conseqüências da modernidade e suas transformações, revelam sujeitos conscientes da situação e que procuram, como forma de reação, maneiras que os levem a participação nos grupos e/ou em seus locais de moradia, trabalhando coletivamente. Essa participação popular oportuniza a construção de uma democracia participativa, em que se universaliza equitativamente direito de participar, opinar, sugerir e discutir direitos e deveres que devem ser vivenciados pelos participantes.

No entanto, precisamos de uma formação política dos sujeitos coletivos, na perspectiva de uma educação popular, que passa a ser compreendida pelos movimentos

sociais como uma força de transformação do mundo. Uma educação produzida pelas classes populares ou para as classes populares, em função de seus interesses de classe.

A participação do líder comunitário se dá no sentido, de representar e dar expressão às necessidades e aos desejos do grupo e contribuir de modo positivo a satisfazer essas necessidades, portanto se manterá na liderança enquanto corresponder a essas expectativas.

A educação popular, na ótica dos movimentos sócio-populares, não se dirige à luta contra a marginalização e o subdesenvolvimento, mas contra as causas de dominação e exploração. Tendo como tarefa, contribuir para o desenvolvimento da consciência dos setores populares em relação com as causas reais dos problemas que os afetam, no sentido de desenvolver sua capacidade de mobilização, participando e sustentando suas organizações.

Temos que despertar uma participação contínua da sociedade civil, através de suas organizações e de seus mediadores na elaboração ou implementação de políticas públicas, visando sobretudo a ampliação do espaço e da cidadania e democratização do poder local e regional, lutando pela implementação da lei 10.257 – Lei do Estatuto da Cidade.

1.4 - Estatuto da Cidade na Busca pela Democratização da Cidadania

A história do Estatuto da Cidade começa com a pressão popular realizada pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana na Constituinte de 1987/88. O objetivo era incluir o direito à cidade e a função social da propriedade na Constituição, seja ela rural ou urbana, o que foi expresso nos artigos 182 e 183. Desde então diferentes setores da sociedade brasileira se uniram para disseminar idéias de desenvolvimento urbano que exigem o enfrentamento da desigualdade e da exclusão social nas cidades. Foi esse Movimento organizado que lutou, articulado a deputados de vários partidos e enfrentando todos os tipos de oposição, pela aprovação do Estatuto da Cidade no Congresso Nacional. A vitória foi de toda a população, em 10 de julho de 2001, quando finalmente aprovada a Lei Federal Nº 10.257, a Lei do Estatuto da Cidade, onde vem propor novos instrumentos e direitos na gestão da cidade, estabelecendo diretrizes básicas da política urbana, as quais destacamos (Conhecendo o Estatuto da Cidade):

- **O Direito à Cidade** – democratizando o acesso à habitação, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à libertação de organização e a um território rico e diversificado sem distinção de gênero, raça e crença.
- **A Gestão democrática** – criando condições que permitam à população e aos setores populares participar do planejamento e do governo das cidades e das políticas públicas estaduais e nacionais.
- **A função social da propriedade** – prevalecendo os interesses coletivos sobre o interesse individual; todas as pessoas tem o direito de usufruir de um território que lhes proporcione qualidade de vida e condições para seu desenvolvimento.

- **Regularização fundiária e urbanização** de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante normas especiais de urbanização;
- **Proteção Ambiental** - preservação e recuperação do ambiente natural e construído, ao cultural e histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- **Audiências públicas** - no processo de implantação de planos diretores e empreendimentos, com exigência de **EIA** (Estudo de Impacto Ambiental) e **EIV** (Estudo de Impacto de Vizinhança), uma novidade, de forma a evitar impactos negativos na sociedade e no ambiente;
- **Política Tributária Progressiva e Distributiva** - para evitar a especulação fundiária e imobiliária, visando a distribuição justa das melhorias urbanas à sociedade e bem comuns.
- **Direito à moradia** – todas as pessoas têm o direito a uma habitação digna, que seja segura, tenha boa estrutura, ventilação e iluminação adequadas, além de infra-estrutura e serviços urbanos de qualidade, como abastecimento de água, esgoto sanitário, prevenção contra enchentes e deslizamentos, transporte público barato e confortável, postos de saúde e escolas.

O direito à moradia é um direito humano garantido na Constituição brasileira, nas convenções internacionais e na Conferência Habitat II.

Torna-se um desafio potencializar os direitos garantidos no Estatuto da Cidade e a participação dos movimentos sociais na distribuição justa dos investimentos e melhoria da infra-estrutura na cidade. Só o movimento organizado pode garantir que Estatuto da Cidade seja devidamente implantado. É uma oportunidade de ir além da democracia representativa para uma democracia direta para sermos efetivamente sujeitos da história. As organizações comunitárias necessitam romper com a tutela das oligarquias, conquistando sua

independência. Os movimentos sociais e comunitários devem tornar-se protagonistas na organização, planejamento e processo decisório da cidade.

O Estatuto da Cidade constitui-se num avanço social, promove o planejamento urbano de forma sustentável, buscando a qualidade de vida das pessoas que moram em aglomerados urbanos, bem como a proteção ambiental como forma de melhorar esta qualidade de vida. Os aglomerados urbanos irregulares, têm no Estatuto da Cidade uma forma legal de regularização. Ao administrador público, lhe é facultado pelos instrumentos que lhe foram outorgados pela lei implementar em sua cidade um planejamento urbano, visando dar as propriedades ociosas uma função social compulsória, no caso de não aproveitamento do solo devidamente. A implantação e o conhecimento do Estatuto da Cidade não interessa somente ao administrador público, mas também ao investidor, pois haverá um conseqüente novo mercado imobiliário a partir de sua implantação.

Segundo Passos, Deputado Federal, numa reportagem do Diário Catarinense:

Só é possível se pensar as cidades do futuro onde os preceitos constitucionais da democracia participativa e da cidadania sejam observados. Consolidada entre os cidadãos esta condição, os diversos atores sociais que gravitam em torno do município, com concepções conflitantes de vida e de cidade, vão encontrar no diálogo e nos instrumentos estabelecidos o que realmente for do interesse público. (PASSOS, 2003, p. 14)

É baseado nesta luta que surge o Fórum da Cidade, que se resume num movimento supra-partidário de várias Associações e Conselhos Comunitários de Florianópolis, que se reúnem para discutir o futuro da cidade na nova Lei do Estatuto da Cidade. Criado em outubro de 2001 com cerca de 80 entidades, o fórum visa fazer um levantamento dos problemas atuais existentes na grande Florianópolis, buscando implementar o Estatuto e colaborar com a regulamentação no âmbito Municipal, garantindo a sua gestão democrática, prevista nesta Lei.

Apesar de tudo o que foi conquistado pelo Estatuto da Cidade, muita luta ainda é necessária, para levar até a população os direitos adquiridos e fazê-los valer, pois até agora, na maioria dos municípios brasileiros, ainda não foi iniciada essa discussão.

CAPÍTULO 2 – CAMINHOS À CONSTRUÇÃO DO PROCESSO SÓCIO-POLÍTICO NAS ORGANIZAÇÕES SÓCIO-POPULAR-COMUNITÁRIAS

2.1 – O NESSOP na Relação Universidade e Sociedade

A UFSC se insere no preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, atribuindo assim, importante influência no desenvolvimento da cidade de Florianópolis e no Estado de Santa Catarina. Na Constituição Federal do Brasil de 1988 está definido o tripé no artigo 207, que estabelece: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

O Estatuto da UFSC estabelece o Estágio Curricular Obrigatório como: “Os estagiários sob a forma de extensão caracterizam-se pelo desempenho de atividade prática demandada por universitários, no intuito de aplicar à teoria assimilada em seus respectivos cursos”.

No âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - NESSOP, atua socializando o saber científico proporcionando condições para que a população se interaja e participe, buscando se capacitar para entender mais concretamente a atual conjuntura da sociedade pretendendo contudo à criação de uma consciência sócio-política, mais crítica e emancipatória.

O NESSOP se constituiu em 1990, quando se realizava a reestruturação do currículo do curso de Serviço Social e se desenhava o projeto de extensão do Departamento de Serviço Social - DSS, criando-se os Núcleos de Estudos: espaço de articulação do ensino, pesquisa e extensão.

O Núcleo é composto por acadêmicos, professores, profissionais e representantes populares, e pretende possibilitar aos professores e acadêmicos a prática do Serviço Social nas comunidades e construir processos de intervenção junto a estas de acordo com o estágio curricular.

Considerando que desde a constituição do NESSOP já se havia delineado metas para que sua criação se firmasse a partir de um grupo de assistentes sociais, o Serviço Social sempre esteve muito presente. Contudo o Serviço Social se ateve à criação de espaços para debates junto à população nos variados segmentos da sociedade, privilegiando a construção da cidadania participativa junto aos sujeitos excluídos.

Situando a experiência teórico-prática na área de extensão, se entende que a universidade interliga suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilitando a formação do profissional cidadão junto à sociedade como espaço de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

O Núcleo se estrutura funcionalmente através de uma coordenação executiva constituída pelas professoras Iliane Kohler, Zulamar B. de Castro e pela Assistente Social do Departamento Serviço Social Simone Matos Machado.

Assim, o NESSOP foi traçando suas linhas de extensão através da construção de processos de trabalho e prestação de serviços à população; projetos de Ações interventivas e de Pesquisa, gestados e/ou realizados diretamente pelo núcleo. Participando e contribuindo com projetos institucionais e sócio-comunitários o NESSOP se fez campo de prática de Serviço Social (Estágio Curricular) e criou espaços de reflexão e capacitação de alunos, professores e profissionais sobre o Serviço Social nos processos de Organização Popular.

Desde os anos 1998 e 1999, vêm-se construindo no NESSOP, a formulação e execução de uma política de formação de agentes populares vinculado à FAMESC¹.

A partir de 2000, criou-se a Coordenação Ampliada, composta por professores, acadêmicos, membros das organizações sócio-comunitárias, profissionais, entidades de classes representantes da sociedade civil em Conselhos de Direitos, entre outros, envolvidos com seus projetos. As reuniões deveriam se realizar bimestralmente para realizar a avaliação das atividades e discussão do projeto político, pedagógico do Núcleo.

O NESSOP vem desenvolvendo os seguintes projetos:

- 1 – **Assessoria:** É um projeto voltado para o serviço de atendimento às demandas apresentadas pelos sujeitos sociais dos movimentos sócio-comunitários e populares. E objetiva socializar conhecimentos e procedimentos metodológicos que habilitem os dirigentes e/ou agentes dos movimentos sócio-comunitários e populares a expressarem-se política e tecnicamente competentes, em seus projetos por qualidade de vida e, em seus processos decisórios e deliberativos, comprometidos com práticas democrático-participativas. Também facilitar as relações da Universidade Pública e setores populares em especial, do Curso de Serviço Social, em suas atividades de ensino / pesquisa / extensão.

O público alvo deste projeto é preferencialmente as diretorias, coordenações e comissões das Associações de Moradores da Grande Florianópolis, da União

¹ FAMESC (Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina) – É uma sociedade Civil sem fins lucrativos, sem vínculo partidário, governamental ou religioso. A FAMESC é composta por associações de bairros, centros e conselhos comunitários. Possui como princípios fundamentais: a) a liberdade associativa, b) a dignidade da pessoa humana, c) a melhoria da qualidade de vida, d) a função social da propriedade, e) a defesa do consumidor e, do meio ambiente, f) o pleno desenvolvimento das funções sociais da área urbana, rural e o bem estar de seus habitantes, G) o entendimento comunitário. (Âmbito estadual)

das Entidades Comunitárias de Florianópolis – UFECO² e da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina - FAMESC.

- 2 - **Banco de Dados:** O NESSOP através deste Projeto banco de dados, pretende realizar, de forma permanente, a investigação da realidade local. E Constituir uma política permanente de conhecimento e reconhecimento da realidade social municipal, através da acumulação e da gestão de dados, realizando sistematização e publicação de dados.
- 3 - **Oficinas sócio-pedagógicas:** é uma proposta do NESSOP para oferecer um espaço pedagógico vivencial de capacitação metodológica de sujeitos populares e profissionais de Serviço Social, privilegiando-se práticas coletivas que construam espaços democráticos de expressão, habilitando-os como agentes transformadores das relações sociais que reproduzem o sistema social dominante.
- 4 - **Formação de gestores Comunitários:** este projeto objetiva formar sócio e politicamente representantes de organizações sócio-comunitárias – Associações de Moradores e Conselhos Comunitários e representantes da sociedade civil dos conselhos de Direito de Políticas Públicas, através do acesso a conhecimentos e informações sistematizadas sobre as Políticas Urbanas para que eles possam ampliar e articular seus conhecimentos gerando “agendas sociais” que tratem do desenvolvimento humano e ecológico da cidade.
- 5 - **Experiências em Cena:** Este projeto contempla o saber popular em debate, voltado à construção de processos democráticos, participativos e estéticos, de melhoria

² UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) - Objetivo intervir diretamente nas políticas públicas tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da cidade como um todo. É um processo de articulação entre organizações de bairros na constituição de canais alternativos de participação e representação popular perante o Estado. A UFECO vem historicamente sofrendo conflitos e variações na sua trajetória devido às diversas mudanças no contexto social e também por ser um espaço de diversidade de interesses, perspectivas e posturas individuais. (Âmbito municipal)

da condição humana de existência. E tem como objetivos: construir cidadania coletiva, com bases nas entidades sócio-comunitárias e outros atores sociais comunitários, construir um movimento popular, com raízes comunitárias, propositivo, articulado com autonomia, contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das comunidades locais da grande Florianópolis e fortalecer a rede de entidades comunitárias e a democratização de suas relações. Um dos eventos realizado por este projeto, *Experiências em Cena III* intitulado como “A cidade que queremos: um olhar do movimento Sócio-comunitário da Grande Florianópolis” foi voltado prioritariamente às organizações de bairro de cunho comunitário, neste evento se discutiu os reflexos da atual política urbana na qualidade de vida dos bairros, bem como ressaltou as ações propositivas das organizações sócio-comunitárias em relação à estas políticas. As organizações presentes ao evento avaliaram a necessidade de uma maior articulação entre si e propuseram a realização de um congresso em Fórum municipal para discutir e articular com mais profundidade questões ligadas à urbanização e qualidade de via na cidade. Deste evento formou-se uma comissão³ responsável pela organização deste Congresso ou Fórum e foi solicitado ao NESSOP que assessorasse diretamente este processo de planejamento e execução. Em Julho de 2001, inicia-se, com a assessoria do NESSOP, as reuniões de planejamento para a realização do que foi denominado de “Fórum da Cidade”. Tendo em vista a aprovação no dia 10 de julho da Lei Federal nº 10.257 – Lei do

³ Comissão Organizadora do I Fórum da Cidade

Associação Comunitária de Loteamento João G. da Costa Saco Grande, Associação de Moradores do Campeche, Associação de Moradores de Amigos de Itacorubi, Associação de Moradores do Morro da Penitenciária, Associação de Moradores do Pântano do Sul, Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui, Conselho Comunitário da Tapera, Conselho Comunitário das Comunidades do Balneário de Ingleses, Federação das Associações dos Moradores SC – FAMESC, Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Fundação Lagoa, Movimento Ilhativa – Ingleses, Rede Sol, Movimento Campeche Qualidade de Vida e Instituto Ambiental Sul.

Estatuto da Cidade, a equipe de planejamento decide focalizar o evento para as questões da Lei, sendo assim denominado: “I Fórum da Cidade: um olhar do Movimento Sócio-Comunitário”.

6 - Mobilização Sócio-Comunitária para o Fórum da Cidade: Este projeto tem o intuito de mobilizar os sujeitos das comunidades em geral para a participação do II Fórum da Cidade, realizando reuniões pedagógicas com os líderes comunitários representantes das nove regiões do Fórum da Cidade, professores e alunos da disciplina DSS 5166, disponibilizando dados armazenados em relatórios parciais, cadastros e material de apoio pedagógico.

O NESSOP trabalha suas temáticas na construção do coletivo, proporcionado aos movimentos sócio-popular-comunitário um conhecimento cada vez mais crítico do momento histórico e atual.

Contudo, o que se observa é que para a efetiva concretização dessa política de formação é necessária a participação firme de todos que estão envolvidos, tanto os educadores, os estagiários, quanto os representantes do Movimento Sócio-Comunitário.

2.2 – Fórum da Cidade enquanto espaço de articulação

Através da necessidade levantada no evento Experiências em Cena III, em julho de 2001, inicia-se com assessoria do NESSOP, as reuniões de planejamento para a realização do que foi denominado de “Fórum da Cidade”. Tendo em vista a aprovação no dia 10 de julho da Lei Federal 10.257 – Lei do Estatuto da Cidade, a equipe de planejamento decide focalizar o Evento para as questões da Lei, sendo assim denominado: “I Fórum da Cidade: um olhar do movimento Sócio-Comunitário”.

O Primeiro Fórum da Cidade teve como objetivos (doc final, p.11-12):

- Realizar um encontro de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática;
- Conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário, potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade;
- Fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos;
- Construir, discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis;
- Construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais e comunitários.

Nos dias 05 e 06 de outubro de 2001, no ginásio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, nos períodos da manhã e da tarde, realizou-se o I Fórum da Cidade, com a

participação de 81 organizações e a presença de 220 pessoas, incluindo, líderes comunitários, professores e alunos das Universidades da área metropolitana de Florianópolis.

No evento foram trabalhados os seguintes temas (doc. Final p. 4):

- Como fortalecer o movimento sócio-comunitário da Grande Florianópolis;
- Comissão de garantia e regulamentação do Estatuto da Cidade
- Direito de participação: os instrumentos do Estatuto, audiências públicas, estudos de impacto ambiental, estudos de impacto de vizinhança;
- Projetos e planos urbanos;
- Moradia, regularização e urbanização;
- Ocupação das encostas;
- Cultura e lazer: espaços e equipamentos públicos;
- Transportes;
- Saneamento básico e recursos hídricos.

Dentre os resultados do I Fórum da Cidade, destaca-se:

- A criação do Fórum Permanente das Organizações Sócio-Comunitárias de Florianópolis, com o objetivo de articular o Movimento Sócio-Comunitário para uma compreensão mais qualificada da Lei do Estatuto da Cidade e das possibilidades de participação direta na construção da política urbana do Município.
- Criação de uma agenda de lutas.
- Realização de Seminários Regionais em todo o Município para fortalecer a base sócio-comunitária do Fórum, sendo fundamental a continuidade da assessoria por parte do NESSOP.

Em fevereiro de 2002, o NESSOP inicia sua participação junto à equipe organizadora dos Seminários Regionais do Fórum da Cidade, cujo resultado foi a realização de cinco Seminários Regionais, nas regiões: Sul, Norte, Lagoa, Maciço Central e adjacências e Continente I. Os resultados dos referidos seminários foram alvos de sistematização e

embasamento para o II Seminário Municipal do Fórum da Cidade a acontecer em julho de 2003.

No projeto “Fórum da Cidade: O Serviço Social e o processo de mobilização sócio-popular-comunitária”, onde o NESSOP tem assessorado as reuniões, incentivando a formação de grupos comunitários, promovendo discussões sobre metodologias de formação de grupos, destacou-se a educação popular, que possibilita que as demandas da população excluída, detenham uma condição de poder de um novo saber realizador de objetivos sociais.

Nos dias 4 e 5 de julho de 2003, na Assembléia Legislativa, acontecerá o II Fórum da Cidade, tendo como tema “Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um Plano Diretor Participativo e sustentável para Florianópolis”.

O Fórum da Cidade é um espaço de articulação entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que busca pensar e atuar no processo de elaboração das políticas urbanas do município de Florianópolis na direção da democracia, cidadania e promoção da justiça social; um espaço potencializador das reivindicações e das ações das organizações sócio-comunitárias, de debates das questões da cidade e encaminhamento dos anseios e necessidades da população, buscando uma alta qualidade urbana. O Fórum da Cidade reúne dirigentes do movimento sócio comunitário, profissionais e acadêmicos que elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, viabilizam espaços de atuação militante e realizam o compromisso social da academia. Trata-se de um movimento supra partidário de discussão de agenda de lutas, na direção da construção de uma política urbana participativa e democrática. (Folder do II Fórum da Cidade)

A partir da participação das entidades sócio-popular-comunitárias e da busca de novos conhecimentos, cresce cada vez mais o movimento da sociedade composto por vários sujeitos sociais, que se organizam a fim de construir a cidadania. Sendo que essas organizações buscam legitimidade na prática reivindicativa elaborando documentos onde expunham seus principais problemas e as enviam para os órgãos públicos responsáveis pela busca de soluções, onde o movimento sócio-popular-comunitário, vem agregando parceiros na busca de uma cidade melhor.

2.3 – Significando a Experiência Vivenciada junto às Lideranças Comunitárias do Sul da Ilha de Florianópolis

A Ilha de Santa Catarina, teve como primeiros habitantes os índios tupis-guaranis, que praticavam a agricultura, mas tinham na pesca e coleta de moluscos as atividades básicas para sua subsistência.

No século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade; tornou-se Capital da Província de Santa Catarina em 1823 e inaugurou um período de prosperidade, com o investimento de recursos federais. A vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto determinaram em 1894 a mudança do nome da cidade para Florianópolis, em homenagem a este oficial. Passando assim por profundas transformações, sendo que a construção civil foi um dos seus principais suportes econômicos. A implantação das redes básicas de energia elétrica e do sistema de fornecimento de água e captação de esgotos somaram-se à construção da Ponte Governador Hercílio Luz, como marcos do processo de desenvolvimento urbano.

Hoje, o município, compreendendo a parte continental e a ilha, possui um território de 436,5 km², com uma população de 341.781 habitantes em 2000/IBGE. Fazem parte do Município de Florianópolis os seguintes distritos: Sede, Barra da Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratonas, Ribeirão da Ilha, Santo



Mapa de Florianópolis

Fonte: <http://www.guiafloripa.com.br>

Antônio de Lisboa e São João do Rio Vermelho.

A região do sul da ilha, possui ao todo 11 Bairros/Distritos, sendo eles: Armação, Caieira da Barra do Sul, Campeche, Lagoinha do Leste, Matadeiro, Morro das Pedras, Naufragados, Pântano do Sul, Ribeirão da Ilha, Solidão e Tapera, lugares estes que proporcionam aos moradores e turistas momentos de rara beleza e um contato direto com a natureza. Mas assim, como essa região preserva parte da história da colonização açoriana, também revela vários traços de degradação ambiental.



Mapa da Região do Sul da Ilha
Fonte: <http://www.guiafloripa.com.br>

De acordo com Martins (2002), encontramos no contexto da região sul:

... várias formas de expressão da sociedade civil organizada, que por meio de suas diferentes bandeiras de luta buscam cada vez mais melhorar a qualidade de vida de seus moradores, através da luta pela preservação ambiental, da cultura, do lazer, da educação, da saúde, entre outras. Trazer à tona essas diferentes expressões torna necessário, antes de tudo, direcionarmos nosso olhar para o cenário mais amplo da sociedade, locus das mais variadas manifestações sociais, onde os sujeitos, em suas diferentes formas de reivindicações e proposições acabam convergindo para um ponto comum, o da defesa do direito à vida com qualidade necessária e inerente à condição de ser humano.

A partir dessa necessidade de expressão da sociedade civil, que destacamos a participação das lideranças comunitárias, formadas por sujeitos de diferentes camadas sociais, que vem despertando a luta por condições de vida mais dignas e que na dura realidade em que

vivemos hoje, com adversidades sócio-econômicas e políticas, reúnem forças para a busca da construção de uma sociedade mais justa e livre.

A entidade comunitária é uma organização formal, registrada em cartório, regida por um estatuto que define suas normas e regras de funcionamento, cuja direção é composta por uma diretoria executiva, escolhida através de eleição, tendo como principal atribuição dessas organizações mobilizar a população em torno de suas necessidades e carências básicas, tais como, água, esgoto, saúde, transporte, educação, lazer, etc..., e encaminhar suas reivindicações aos órgãos competentes.

É comum encontrar nessas entidades o líder comunitário (geralmente o presidente da entidade) e líderes intermediários (geralmente componentes da diretoria). Essas lideranças na maioria das vezes nasceram ou são moradores a muito tempo da comunidade, são pessoas que participam das atividades comunitárias, como por exemplo, festas, gincanas, abaixo-assinado, mutirões.

Atuamos junto às lideranças comunitárias de Florianópolis, enquanto estagiários do NESSOP, no projeto Fórum da Cidade, onde num primeiro momento fizemos estudos sobre as organizações sócio-popular-comunitárias, para fundamentar teoricamente as ações do projeto.

Participamos da aplicação de uma pesquisa que tinha como objetivos conhecer o perfil (sócio-econômico e político) das lideranças comunitárias de Florianópolis e suas avaliações acerca destas práticas. A pesquisa surgiu da necessidade de conhecermos as práticas associativas de Florianópolis, onde foram utilizados um conjunto de procedimentos metodológicos como entrevistas (semi-estruturadas), observação em encontros e reuniões e aplicação de questionários (com levantamento de dados quantitativos e qualitativos).

A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem.
Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz

sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida. (CHIZZOTTI, 1995, p. 11)

Essa pesquisa está sendo desenvolvida pelo grupo do projeto de extensão “Apoio das Ciências Sociais à formação e desenvolvimento das Organizações Populares de Florianópolis”, coordenado pela professora Lígia Helena Hahn Lüchmann do Departamento de Ciências Sociais e da parceria surgida através do Fórum da Cidade, onde o NESSOP participou de parte desse estudo, colaborando com a aplicação de um questionário que objetivava identificar o perfil das lideranças comunitárias de Florianópolis.

2.3.1 – Contextualização a pesquisa

Essa pesquisa está sendo realizada no município de Florianópolis, mas os dados aqui estudados serão somente os dados contidos na parte dos questionários aplicados junto às lideranças comunitárias do Sul da Ilha de Florianópolis.

2.3.2 – Procedimentos metodológicos para a coleta e análise de dados

Considerando o assunto em estudo, o levantamento do perfil das lideranças comunitárias de Florianópolis, tornou-se imprescindível utilizar uma metodologia quantitativa, pois a pesquisa foi realizada com dados da realidade de vida das pessoas envolvidas, que foram colhidos na aplicação do questionário, realizado com as lideranças comunitárias do Sul da Ilha no segundo semestre de 2002.

Chizzotti (1995) ressalta que as pesquisas quantitativas prevêm a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras

variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz.

No entanto, para explicar e analisar a realidade das lideranças das comunidades em estudo, foi preciso qualificar os dados obtidos.

A pesquisa qualitativa, segundo Chizzotti (1995), “fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta”.

De acordo com Minayo (1994), o conjunto de dados quantitativos e qualitativos se complementa, pois abrange uma realidade que interage dinamicamente. Foi através desta combinação dinâmica, entre dados quantitativos e qualitativos, que se desenvolveu o estudo.

2.3.3 – Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos do presente estudo, foram as lideranças comunitárias do Sul da Ilha de Florianópolis, que participaram do levantamento do perfil das lideranças comunitárias, realizado nas comunidades no segundo semestre de 2002.

2.3.4 – Estratégias para a coleta de dados

A estratégia utilizada na coleta de dados realizada durante o levantamento do perfil das lideranças comunitárias, foi a aplicação de um questionário (anexo). O questionário elaborado, contempla na sua maioria, questões fechadas, onde as lideranças em estudo, se limitavam a responder itens pré-estabelecidos, possuindo ainda questões abertas, onde o interlocutor formula sua resposta e questões abertas e fechadas. As questões apresentavam

perguntas abertas e/ou abertas e fechadas, apesar de terem um grau de variabilidade muito maior que as fechadas, foram elaboradas de forma bastante objetiva.

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-estabelecidas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada. (CHIZZOTTI, 1995, p. 55)

Utilizamos o método de aplicação de questionário, visando construir o perfil destas lideranças, que se constitui em instrumento valioso para a melhor compreensão das práticas coletivas, uma vez que a atuação das lideranças diz muito acerca de orientações, posicionamentos, escolhas e objetivos do movimento comunitário.

2.3.5 – Análise de dados

Nessa etapa, faremos análise e interpretação dos dados obtidos, para uma explicação do conjunto, através da conceitualização da realidade do assunto estudado. Tendo então como objetivo principal, compreender os dados coletados, ampliando as informações a respeito do tema estudado.

Minayo (1994), apresenta os seguintes passos para operacionalização de sua proposta:

- a) Ordenação de dados: é quando organizamos os dados obtidos no trabalho de campo. Neste momento foram organizados as informações obtidas através da aplicação do questionário.
- b) Classificação dos dados: aqui é considerado que o dado não existe por si só, mas é construído a partir de questionamentos a respeito dele e da fundamentação teórica utilizada. As categorias de análise elaboradas, foram baseadas no que consideramos relevante nas referências utilizadas.

c) **Análise final:** é quando procuramos estabelecer articulações teóricas entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa com base em seus objetivos. Em outras palavras é o momento em que se promove relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

2.3.6 – Aspectos éticos

O questionário foi aplicado, com as pessoas que concordaram participar do levantamento, após serem esclarecidas a respeito da finalidade, os objetivos e a metodologia do estudo.

2.3.7 – Dados empíricos: retrato do perfil das lideranças pesquisadas

A realização do levantamento do perfil das lideranças das entidades comunitárias, nos possibilitou analisar os aspectos sócio-econômicos, políticos e aspectos relativos à participação comunitária.

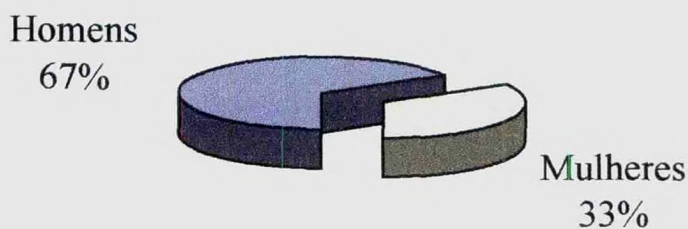
O número de questionários aplicados, no total de 15 (quinze), nos permitiu conhecer um pouco da realidade em que se encontram as lideranças comunitárias do Sul da Ilha de Florianópolis. Para falar do perfil das lideranças neste cenário, foram examinados e analisados alguns dados obtidos através da aplicação do questionário, tais como: sexo, faixa etária, procedência, estado civil, grau de escolaridade, chefes de família, religião, cor, situação empregatória, renda familiar, participação dos líderes em atividades políticas e sociais, horas semanais dedicadas à entidade, periodicidade das reuniões, entidades que mantêm convênio e/ou subvenção, relação das entidades com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, relação da

entidade com outras Associações/Movimentos, relação com a UFSC e dificuldade enfrentadas pelas entidades comunitárias.

Através de dados obtidos junto ao NESSOP (anexos), na ocasião da aplicação do questionário, o Sul da Ilha estava mapeado, segundo sua região geopolítica, com 20 organizações sócio-popular-comunitárias. Com a análise de alguns dados pesquisados, mostraremos graficamente a representação dessa realidade:

GRÁFICO I

Mapeamento de Líderes por Sexo



O gráfico apresentado, demonstra claramente que na ocasião da aplicação do questionário, o número de líderes do sexo masculino supera o das lideranças femininas, num total percentual de 34%, mostrando assim, que apesar do cenário nacional, segundo o IBGE, contar com um número maior de mulheres em relação aos homens, nas lideranças comunitárias no Sul da Ilha, ainda prevalece um percentual baixo da participação feminina.

A hipótese levantada por Viana (2003), que desenvolveu estudo em Florianópolis, é que podemos tentar explicar essa diferença, pelo fato de que na maioria das vezes é priorizado entrevistar membros da diretoria, o que nos leva a alto índice masculino, pois as mulheres

ocupam cargos de menos destaque e são menos solicitadas para responderem pelas entidades comunitárias, ficando assim os cargos de diretoria ou lideranças, em sua maioria para os homens.

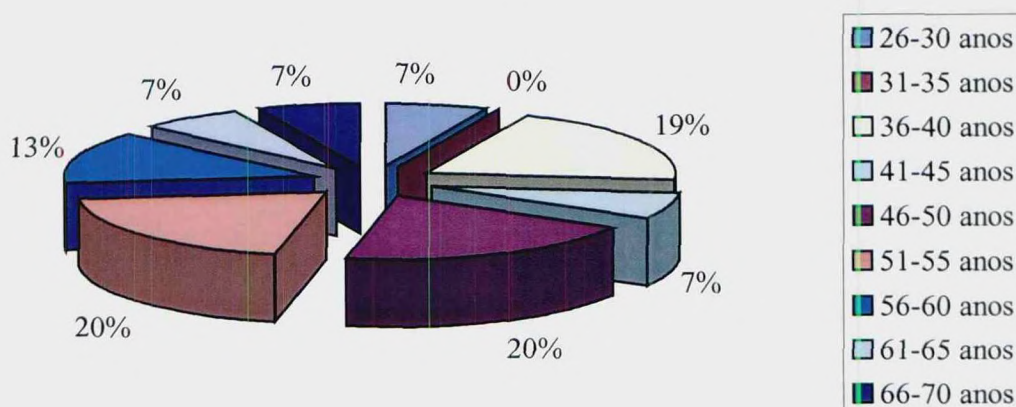
Nesse estudo desenvolvido em Florianópolis, os números são bem parecidos, pois a participação masculina é maior, tendo uma representação masculina de 70% e uma representação feminina de 30%.

Avelar (2001) apud Viana (2003), coloca que num estudo desenvolvido sobre a participação das mulheres na elite política brasileira, as mudanças com relação à expansão das mulheres em cargos representativos é um processo á longo prazo.

Num estudo feito em Vitória, Herkenhoff (1995, p. 101) diz que “o fato de a mulher ter sido alijada da participação política até a bem pouco tempo coloca-a em uma posição ainda em crescimento no que concerne à sua presença massiva nas organizações da sociedade civil”.

GRÁFICO II

Mapeamento das lideranças por faixa etária



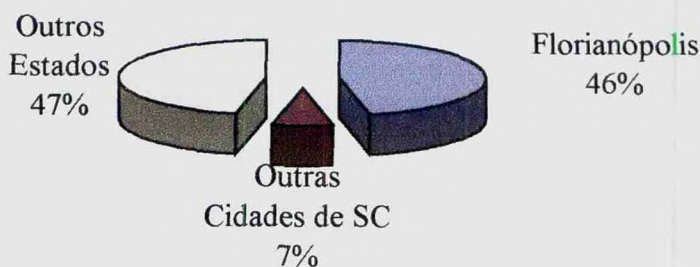
Analisando a tabela, observamos que existe maior concentração de lideranças entre as faixas etárias de 46-50 anos e 51-55 anos.

Apesar da participação das mulheres ser menor do que as dos homens, notamos que a distribuição se dá dos 26 aos 70 anos, nos mostrando que não há faixa etária para a participação comunitária, temos participação de faixas etárias distintas.

Outra característica dos líderes que merece destaque é o fato da maioria das pessoas, não terem nascido em Florianópolis, como demonstra o gráfico a seguir:

GRÁFICO III

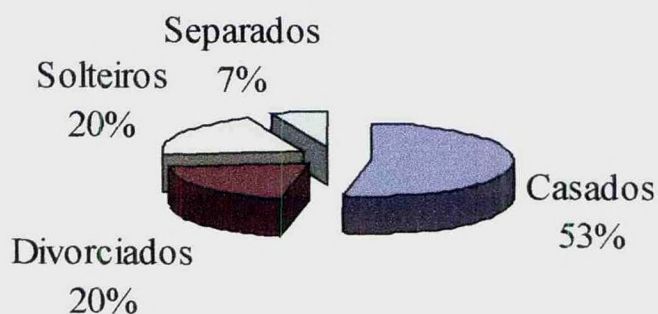
Mapeamento da origem e procedência dos líderes



Como está colocado no gráfico acima, podemos observar que a predominância da origem e procedência dos líderes é de outros Estados. Estes estados são os mais diversos, tais como: Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Bahia e Paraná. Mas apesar da maioria não ser do nosso Estado, o segundo lugar, com diferença apenas de 1%, são pessoas que nasceram em Florianópolis.

Podemos notar que a maioria das lideranças não nasceram em Florianópolis, mas isso não é motivo para estarem engajadas em lutas pela melhoria das condições básicas de vida. Pelo contrário, buscam aqui uma melhor qualidade de vida.

GRÁFICO IV

Mapeamento do estado civil das lideranças

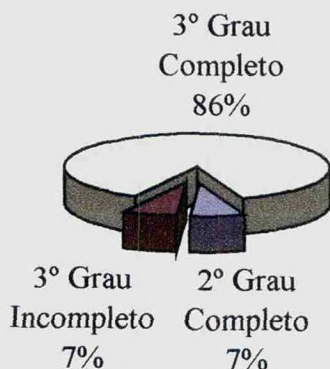
O gráfico apresentado, deixa nítido que o arranjo familiar que prevalece é o nuclear (formado por pai, mãe, filho). Tendo ainda 20% de divorciados e 7% de separados, sendo que a diferença entre eles é que os divorciados têm sua situação legalizada e os separados muitas vezes acham mais prática essa situação, já que não precisam de uma intervenção judicial.

Herkenhoff (1995), explica que o fato da maioria das lideranças ser casada, provavelmente se dá pelo fato de que quando constituímos família, passamos nos interessar mais pelo bem comum e que é bem provável que os solteiros concentrem sua participação em grupos de jovens, associações esportivas, enfim em participações com fim de lazer.

Se compararmos com a pesquisa realizada em Florianópolis, os resultados no todo se confirmam, pois 60% dos entrevistados são casados.

GRÁFICO V

Mapeamento do Grau de Escolaridade



O gráfico demonstra que 86% das lideranças possuem nível superior completo, sendo que os outros 14% dividem em 2º grau completo e 3º grau incompleto, sendo que nenhum dos entrevistados tem escolaridade inferior ao 2º grau.

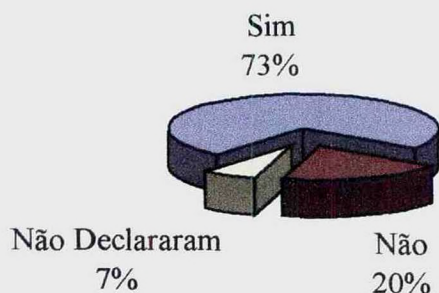
Na tentativa de explicar a maioria da escolaridade ser de nível superior, podemos usar a hipótese de que aplicamos os questionários com as lideranças e as pessoas eleitas a líderes geralmente são pessoas com maior grau de escolaridade.

... a função insubstituível da educação é de ordem política, como condição à participação, como incubadora da cidadania, como processo formativo. Se um país cresce sem educação, não se desenvolve sem educação. [...] A educação é precisamente condição necessária para desabrochar a cidadania, com vistas à formação do sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres. (DEMO, 1996, p. 52)

Na pesquisa realizada em Florianópolis por Viana (2003), no que se refere ao grau de escolaridade, verificamos que 64% possuem o 3º grau.

GRÁFICO VI

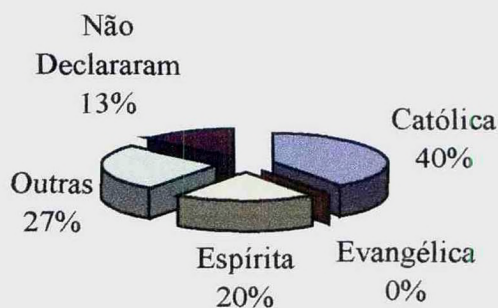
Mapeamento dos Líderes Chefes de Família



No gráfico apresentado podemos notar que 73% dos líderes são chefe de família, já que a maioria é casado essa realidade já era esperada. Mas podemos notar também que o índice que informou não ser chefe de família é igual ao que informou ser solteiro, sendo assim mesmo os divorciados e separados também assumem papel de liderança dentro de casa também.

GRÁFICO VII

Mapeamento da Religião dos Líderes

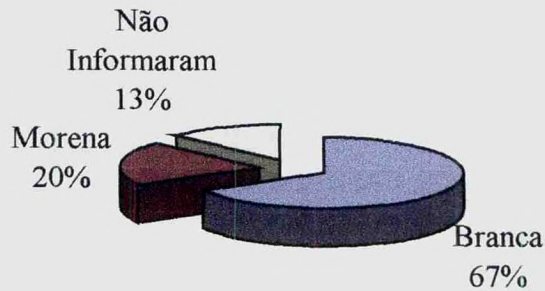


No gráfico VII vemos que 40% dos entrevistados são católicos. De acordo com o que já conhecemos da história da religião, podemos afirmar que a religião católica é até hoje a que possui o número maior de adeptos, explicando assim a predominância da religião entre as lideranças comunitárias no Sul da Ilha.

As outras religiões que foram citadas na pesquisa, notamos que possuem 20% de espíritas e 0% de evangélicos.

GRÁFICO VIII

Mapeamento da Cor das Lideranças

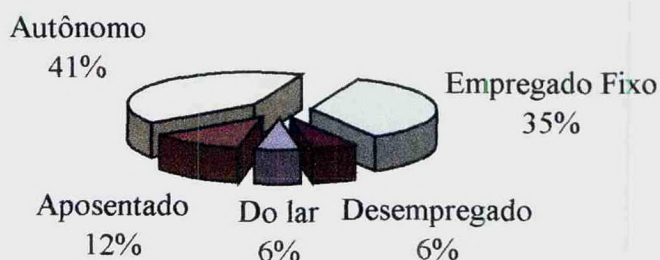


Temos no gráfico acima a representação da cor das lideranças comunitárias, nos mostrando que 67% são de cor branca, 20% da cor morena e 13% não informaram.

O Brasil é um país com vários tipos de raças. Sabemos que a branca é a predominante e que somos um país com muitos preconceitos raciais. Notamos que no gráfico acima, surgiram somente duas raças, mas possuímos várias outras surgidas de misturas. Podemos nos basear no fato dos preconceitos raciais, para tentar explicar a inexistência de outras raças no gráfico das lideranças comunitárias do Sul da Ilha.

GRÁFICO IX

Mapeamento da situação empregatícia dos Líderes



No gráfico acima, fica exposto que na sua grande maioria, as lideranças são caracterizadas por pessoas que mesmo que quisessem não poderiam se dedicar exclusivamente às entidades comunitárias, pois possuem seu tempo dedicado ao trabalho como empregado fixo e autônomo.

De acordo com a pesquisa realizada em Florianópolis, também foi constatado que a maioria dos líderes não tem tempo para dedicação exclusiva às entidades, pois a grande maioria possui profissão e ao mesmo tempo se dedica às práticas comunitárias.

GRÁFICO X

Mapeamento da Renda Familiar das Mulheres

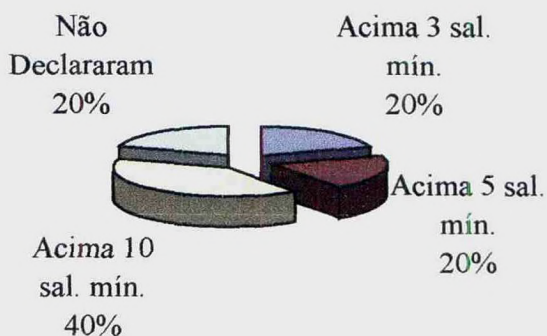


GRÁFICO XI

Mapeamento da Renda Familiar dos Homens



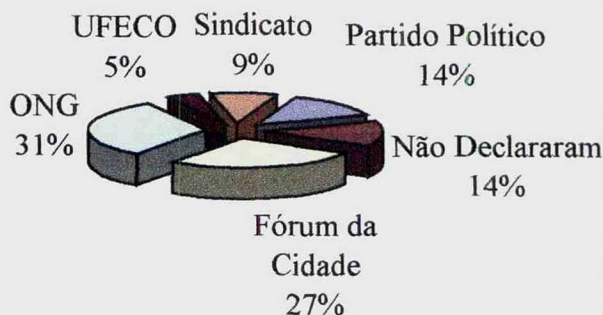
Tanto no gráfico de renda masculino, como no feminino, temos um resultado de que a maioria das lideranças possui uma renda familiar acima de 10 salários mínimos.

Segundo um estudo desenvolvido por Ladim (2000) apud Viana (2003), sobre o trabalho voluntário, foi verificado que no Brasil, a maior parte da população que presta esse serviço está concentrado nas faixas de renda mais baixas. Já no estudo desenvolvido em Florianópolis, essa concentração se dá na renda acima de 10 salários mínimos, confirmado então pelo perfil do Sul da Ilha.

No caso de Florianópolis, tenta-se explicar, pelo fato de que o questionário foi aplicado com as lideranças, já no caso do estudo desenvolvido por Ladim, ter sido feito com todos os participantes das entidades e também ter sido usados dados retirados de fontes do IBGE.

GRÁFICO XII

Mapeamento de Participação dos Líderes em Atividades Políticas e Sociais

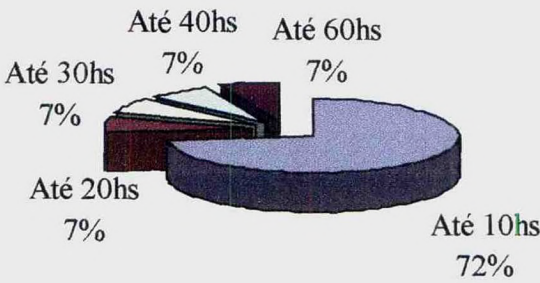


No estudo do gráfico XI, o fator mais importante é o fato da participação das lideranças comunitárias, pois os processos mais recentes de democratização colocam como elemento principal para a consolidação das lutas a participação. Sendo assim a possibilidade de participar de atividades políticas e sociais, traz cada vez mais uma maior consciência participativa e cidadã, sendo esse um requisito básico para a construção do projeto em busca da cidadania.

Então, devemos nesse caso observar, que a maioria das lideranças, participa de atividades tanto políticas, como sociais, que vão proporcionar um conhecimento real dos meios, pelos quais conseguirão atingir seus objetivos.

GRÁFICO XIII

Mapeamento das Horas Semanais dedicadas à Entidade

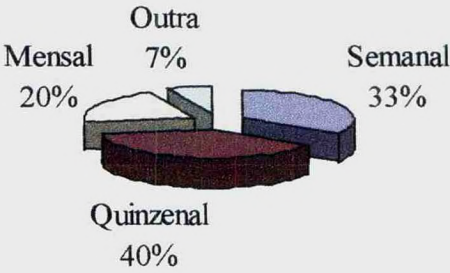


O gráfico VII, nos mostra que a maioria das lideranças comunitárias tem a disponibilidade de 10 horas semanais para desenvolver suas atividades dentro das entidades comunitárias, pelo fato de terem uma profissão que ocupa grande parte do seu tempo.

De acordo com a pesquisa realizada em Florianópolis, e com as outras abordadas no mesmo trabalho, a tendência apontada não é a mesma, pois apresenta que as lideranças dedicam grande parte do seu tempo à entidade que fazem parte, enquanto aqui a maioria de 72% consegue dedicar somente 10 horas semanais.

GRÁFICO XIV

Mapeamento da Peridiocidade das Reuniões das Entidades

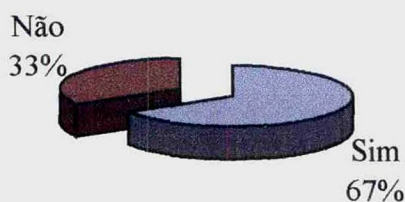


A periodicidade das reuniões das entidades que mais se destaca é a quinzenal. Sendo que a semanal também tem um índice próximo, mostrando assim que as entidades possuem reuniões com proximidade de tempo.

Na pesquisa realizada em Florianópolis, nos mostra que a alternativa que mais aparece dentre as formas de atuação das entidades é a reunião de grupo, com 80%. É durante as reuniões que são tomadas as atitudes que se referem ao grupo, tais como, formulação de diretrizes, decisões e articulação para as atividades da entidade.

GRÁFICO XV

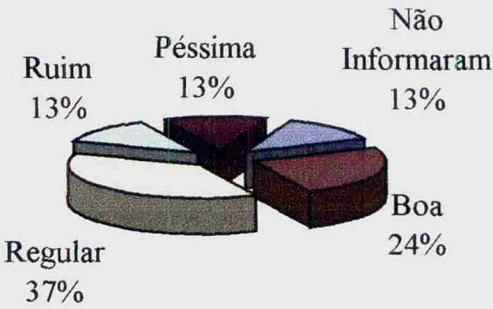
Mapeamento das Entidades que mantêm algum Convênio e/ou Subvenção



No gráfico acima, verificamos que 67% das entidades comunitárias possuem algum convênio ou subvenção. Dentre as contribuições com as entidades, temos como instituições que colaboram: o Estado, o Município, o setor privado e a ajuda também de moradores.

GRÁFICO XVI

Mapeamento da Relação das Entidades com a Prefeitura Municipal de Florianópolis



Notamos que pelos dados exibidos pelos gráficos acima, a relação entre as entidades e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, não é das mais satisfatórias, tendo um percentual regular de 37%. Isso demonstra que infelizmente, a prefeitura não tem uma participação que satisfaça as necessidades das comunidades.

Das entidades que justificaram suas respostas, colocaram que muitas vezes a prefeitura não dá respostas às reivindicações, não responde as correspondências enviadas, não participa da comunidade, existe preconceito com as comunidades que exercem oposição constante na luta contra o Plano Diretor Oficial, não repassam recursos suficientes para suprir os projetos, não se dedica à educação.

GRÁFICO XVII

Mapeamento da Relação da Entidade com outras Associações/Movimentos

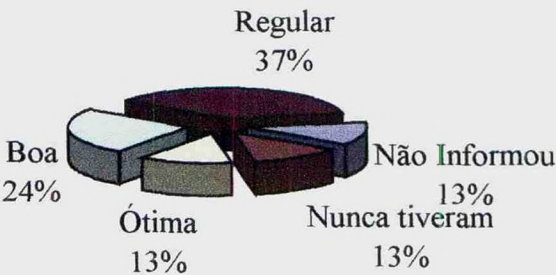


No gráfico acima temos o demonstrativo da porcentagem das entidades que possuem relação com outras associações/movimentos, atingindo um índice alto de 86% do total.

Sendo que entre as entidades que especificaram a relação com outras associações/movimentos, aparecem a AMOCAM, Movimento Pró Qualidade de Vida do Campeche e do Pântano do Sul, Instituto Ambiente Sul, Movimento SOS Esgoto Sul da Ilha, Associação dos Moradores do Pântano do Sul, Fórum da Cidade, ONGs, OAB Cidadã e Movimento Nosso Bairro.

GRÁFICO XVIII

Mapeamento da Relação das Entidades com a UFSC

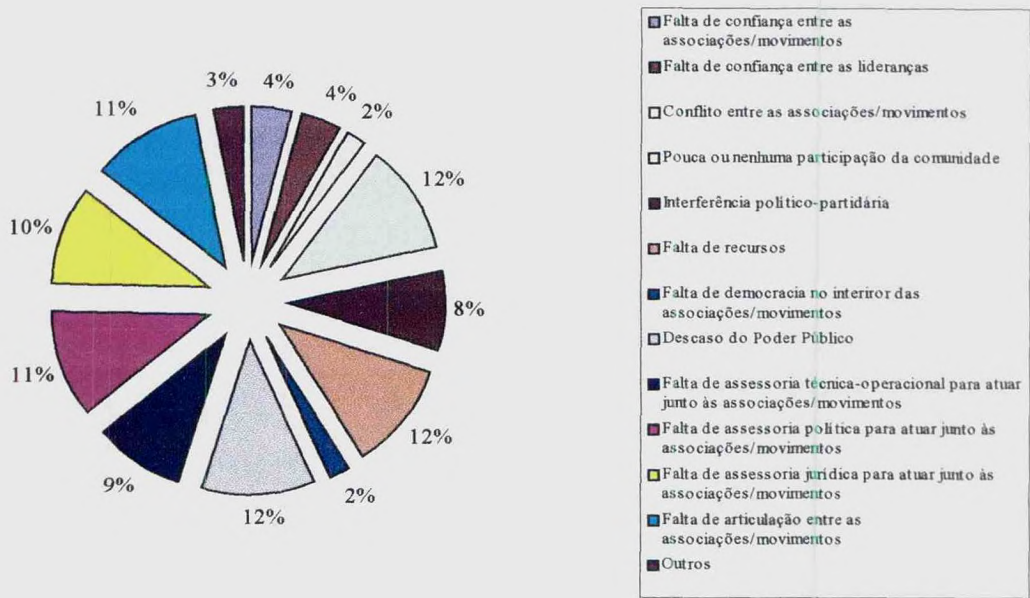


Num total de 74%, confirmamos que existe relação entre as entidades comunitárias e a UFSC. Esse contato é de grande importância, pois a universidade pública é compreendida como um espaço que deve existir a serviço da comunidade para a produção e socialização do saber, para a melhoria da qualidade de vida e para a construção da cidadania.

A UFSC vem ampliando a relação com a população, e nessa direção não somente o curso de Serviço Social, como também outros, participam nas sociedades na construção de relações com os diferentes segmentos, buscando formas de enfrentamento das questões sociais, entendidas aqui como um conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista.

GRÁFICO XIX

Mapeamento das principais dificuldades enfrentadas pelas entidades comunitárias



O último gráfico nos aponta quais as principais dificuldades enfrentadas pelas entidades comunitárias do Sul da Ilha. Nesse caso as problemáticas que apareceram com maiores índices foram: pouca ou nenhuma participação da comunidade; falta de recursos e

descaso do poder público. Apesar dessas serem as principais dificuldades, não podemos deixar de notar as outras, que num conjunto, formam as principais batalhas de enfrentamento das questões ligadas à toda a sociedade. Diante das limitações que são encontradas, as entidades estão sempre buscando meios para combater essas dificuldades, indo buscar ajuda de todas as formas. Desse modo, cabe ao Serviço Social buscar em conjunto com as lideranças comunitárias, despertar consciência da sociedade para aprofundar o debate sobre essas problemáticas, na tentativa de encontrar formas de sanar e enfrentar essas dificuldades.

Na pesquisa desenvolvida nesse trabalho, concluímos que as lideranças das entidades comunitárias do Sul da Ilha de Florianópolis, têm como expressão sócio-econômica: na sua maioria homens, brancos, católicos, casados, chefes de família, com faixa etária acima de 46 e inferior a 55 anos, com 3º grau completo, autônomos, com renda familiar acima de 10 salários mínimos, vindos de Estados como Rio Grande do Sul, Sergipe, Bahia, São Paulo e Paraná. E expressão política: dedicam 10 horas semanais para participação nas suas entidades comunitárias, com reuniões quinzenais, mantém convênios e/ou subvenções, possuem, uma regular relação com a Prefeitura, possuem relação com outras associações/movimentos, possuem regular relação com a UFSC e enfrentam as mais variadas dificuldades dentro de suas entidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, temos muitas expressões dos movimentos sociais, acontecidos num cenário de turbulentas mudanças e ao mesmo tempo vazio de idéias e novas proposições. Sendo que o presente trabalho procurou demonstrar, que os movimentos sociais apesar de ter passado por várias mudanças, avançaram em suas lutas e produziram importantes modificações, pois através da participação popular a população vai compreendendo que são seres políticos que possuem direitos e deveres e devem buscar sua cidadania.

Entendemos que aqueles movimentos sociais que se expressão através de questões locais estão relacionados com a vontade de construir a sociedade em seu conjunto de maneira favorável aos interesses coletivos, envolvendo sujeitos e relações na construção conjunta, democrática e participativa da luta política de um país, contribuindo para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política.

Com as desigualdades sociais de várias ordens, que se afirmaram ao longo dos anos e com descaso dos governos com a questão urbana, os problemas vão ficando cada vez de mais difícil solução. Nesse contexto temos o Movimento de Reforma Urbana, que foi uma soma dos movimentos sociais por moradia, ONGs, intelectuais vinculados à temática urbana e algumas entidade classistas. Surge então o Fórum da Reforma Urbana, para pressionar o Congresso Nacional na regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

Através da participação social, que busca envolver todos os atores políticos, temos a aprovação da Lei nº 10257/2001 do Estatuto da Cidade, processo democratizante da questão urbana. O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos, que podem contribuir para dar efetividade ao Plano diretos, visando garantir a todos

o direito à cidade e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

E, neste fio o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular, contribui oportunizando a socialização de conhecimentos por uma política social democrática e emancipatória. A política de formação está muito coerente à relação de que a educação popular é uma prática que está sendo criada, transformada e desenvolvida basicamente ao conhecimento das camadas populares.

O papel do Assistente social nessa área de atuação tem um grande valor sócio-político, sendo princípios fundamentais do Código de Ética Profissional. O projeto de formação trabalha suas temáticas na construção do coletivo, proporcionando aos movimentos sócio-popular-comunitário um conhecimento cada vez mais crítico do momento histórico e atual.

Enquanto estagiária do NESSOP, dentro do projeto do Fórum da Cidade, ocorreu a possibilidade de convívio com as temáticas aqui apresentadas, com o decorrer dos movimentos sociais e a participação direta com as várias formas de organizações sócio-popular-comunitárias, mais diretamente com as lideranças comunitárias do Sul da Ilha, que participaram da pesquisa aplicada.

A existência do líder dentro de uma comunidade é muito importante, pois os líderes são atores que buscam ações coletivas que originam diferentes camadas sociais e espaços sociais. Essa participação dos interesses coletivos passa então a significar também participar do governo, da sociedade, disputar espaço no Estado, na definição das políticas públicas. A participação dos líderes na busca dos direitos das entidades sócio-popular-comunitárias, visam a melhoria da qualidade de vida.

Finalizando este Trabalho de Conclusão de Curso, espera-se que o mesmo possa contribuir e sirva de documentação aos trabalhos que possivelmente seguirão, nesta trajetória percorrida pela política de formação sócio-popular-comunitária.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo. Cortez & Moraes; 3º edição.1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado. 1988.

CERQUEIRA, Daniel Torres de. **Pluralismo, Movimentos Sociais e Reforma Urbana: Construindo o Direito Comunitário-Participativo Latino-Americano**. Dissertação de Mestrado no Curso de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Conhecendo o Estatuto da Cidade – Caixa Econômica Federal – FASE – Fórum Nacional de Reforma Urbana – IBAM/DUMA – 2001.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HERKENHOFF, Beatriz Lima. **O Papel do Líder Comunitário**. Vitória, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/Ufes, 1995.

I Fórum da Cidade – Documento Final – outubro 2001.

MARTINS, Marilene Corrêa. **Um olhar para o debate do movimento sócio-comunitário do Sul da Ilha de Santa Catarina na luta pelo direito à cidade: Seminário Regional – Fórum da Cidade/UFECO**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 6ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MOISES, José Álvaro. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: CEDEC: Paz e Terra, 1982.

PASSOS, Mauro. **O Estatuto da Cidade**. Diário Catarinense, da edição do dia 16 de junho de 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAESP, 2001. p. 41-56.

_____. **ONGs na América Latina: Trajetória e perfil**. Florianópolis: mimeo, s/d.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VIANA, Thereza Cristina Bertazzo Silveira. **Perfil analítico das organizações e das lideranças do associativismo civil em Florianópolis (SC)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

ANEXOS

MAPEAMENTO DO CENÁRIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

1972 À 1997

ciclo – Lutas pela redemocratização do país e acesso a serviços públicos: 1972-1984

1 – Movimentos nacionais:

1.1 – Movimento pela anistia: 1977-1978.

1.2 – Ciclo de greves generalizadas: 1978-1979.

1.3 – Movimento feminista: 1975-1982.

1.4 – Mobilização nacional contra o regime militar envolvendo partidos políticos, sindicatos, movimentos populares etc.: 1978-1984.

1.5 – “Diretas Já”. Movimento nacional de reivindicação de eleição direta para presidente da República: 1984.

2 – Movimentos sociais populares urbanos

2.1 – “Custo de Vida – Carestia”. Movimento nacional contra os altos preços dos alimentos: 1974-1980.

2.2 – Movimento pelos transportes públicos: 1976-1982.

2.3 – Movimento pela saúde: 1976-1982.

2.4 – Movimento de luta por creches: 1974-1982.

2.5 – Movimento dos professores das escolas públicas de 1º e 2º grau: 1978-1982.

2.6 – Movimento de associações de moradores: 1972-1982.

a – Local

b – Nacional

- CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores: 1982.

- ANAMPOS – Associação Nacional de Movimentos Populares: 1983.

2.7 – CEBs – Comunidades Eclesiais de Base da Igreja católica: 1972-1980.

2.8 – Movimento pela moradia: 1980-1984.

2.9 – Movimento dos desempregados: 1983-1984.

3 – *Movimentos populares rurais*

3.1 – CPT – Comissão Pastoral da Terra: 1974 (data de criação).

3.2 – Sem-terra: 1979 (data de criação).

4 – *Movimentos sindicais*

4.1 – ENCLAT – Encontro Nacional da Classe Trabalhadora: 1981.

4.2 – CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores: 1982.

4.3 – CUT – Central Única dos Trabalhadores: 1983.

4.4 – CONTAG – Confederação Geral de Trabalhadores da Agricultura: 1964.

5 – *Movimento estudantil*

5.1 – UNE – União Nacional dos estudantes: 1939 (data de criação).

5.2 – UBES – União Nacional dos Estudantes Secundaristas.

ciclo – Institucionalização de movimentos: 1985-1989

1 – *Nacional*

1.1 – Movimento para redução do número de anos do mandato do presidente e retorno das eleições diretas: 1985.

1.2 – Movimento nacional pró-constituente: 1985-1986.

2 – *Movimentos sobre temas específicos*

2.1 – Raça: movimento negro.

2.2 – Étnico: movimento dos índios.

2.3 – Movimento das mulheres.

2.4 – Movimento nacional de meninos e meninas de rua.

2.5 – Movimento nacional pela reforma da educação: 1988.

2.6 – Movimento ecológico.

2.7 – Movimento dos homossexuais: gays e lésbicas.

3 – *Movimentos populares urbanos de âmbito nacional*

3.1 – Movimento pela moradia:

- Favelas
- Ocupação de áreas urbanas
- Renovação de moradias construídas pelo poder público
- Inquilinos
- Autoconstrução e mutirões comunitários
- Sem-casa, sem-teto. Moradores de ruas.
- Clientes – devedores do Sistema Nacional de Habitação

3.2 – Pró-central movimentos populares

3.3 – CONAM

4 – *Movimentos rurais nacionais*

4.1 – Sem-terra

4.2 – UDR – União Democrática Ruralista. Proprietários de terras: 1987.

5 – *Movimentos sindicais*

5.1 – CUT – bastante forte na área dos funcionários públicos

5.2 – CGT – forte na área de indústrias tradicionais

5.3 – USIS – União de Sindicatos Independentes.

ciclo – Emergência de novos atores e desmobilização dos movimentos populares urbanos.

Crescimento dos movimentos populares rurais: 1990- 1997

1 – *Movimentos nacionais*

- 1.1 – “Ética na política” – Movimento nacional contra a corrupção (responsável pela articulação que depôs o ex-presidente Collor de Mello): 1992.
- 1.2 – “Caras-pintadas”. Movimento estudantil: 1992.
- 1.3 – Movimento nacional contra as reformas estatais: 1994-1995.
- 1.4 – Ação da cidadania contra a fome, a miséria, pela vida: 1993:1996.
- 1.5 – Caravana da cidadania. Movimento político do PT: 1993:1994.
- 1.6 – Comunidade solidária. Programa federal governamental: 1995-1996.

2 – Movimentos internacionais

- 2.1 – Ecológico – Greenpeace: 1992-1997.
- 2.2 – Anistia Internacional – Direitos humanos: 1976-1997.
- 2.3 – Movimentos pela paz.
- 2.4 – Rede internacional de ONGs de cooperação internacional
- 2.5 – Movimento de defesa da Amazônia – floresta e população (índios e seringueiros, catadores de castanha e quebradeiras de coco).
Rainforest: 1990-1997.
Amanaka: 1990-1996.

3 – Movimentos populares nacionais

- 3.1 – Central Movimentos Populares: 1993 (data de criação).
- 3.2 – Movimento nacional de luta pela habitação.
- 3.3 – Sem-terra (movimento popular rural mais estruturado no Brasil nos anos 90).

4 – Movimentos étnicos, raça, sexo e idade

- 4.1 – Movimento dos índios – demarcação de terras.
- 4.2 – Movimento dos aposentados do INSS.
- 4.3 – Movimento nacional de meninos e meninas de rua.

4.4 – “Viva Rio” – “Viva São Paulo” – Movimentos locais contra a violência urbana.

4.5 – Movimentos contra renovação urbana de áreas históricas (Faria Lima, S. Paulo).

4.6 – Movimentos separatistas e racistas. Pequenos grupos no sul do país.

4.7 – Movimentos culturais de jovens (organizados principalmente ao redor de estilos musicais).

5 – *Movimentos sindicais*

5.1 – “Força Sindical”: 1990.

5.2 – CUT

5.3 – CGT

5.4 – CONTAG-rural.

REGIÃO 1	CONTINENTE
REGIÃO 2	CENTRO/VÃO CENTRAL DO MORRO DA CRUZ
REGIÃO 3	CARIJÓS
REGIÃO 4	LAGOA
REGIÃO 5	SUL I
REGIÃO 6	SUL II
REGIÃO 7	BACIA DO ITACORUBI
REGIÃO 8	NORTE I
REGIÃO 9	NORTE II

1. REGIÃO CONTINENTE

Conselho Comunitário Capoeiras	9.Associação de Moradores Ilha Continente
Conselho Comunitário do Morro da Caixa	10.Associação de Moradores VILA APARECIDA
Associação de Moradores PROMORAR	11.Conselho Comunitário COLONINHA
Associação de Moradores PEDREGAL	12.Associação de Moradores Jardim Atlântico
Associação de Moradores do Abrão	13.Associação de Moradores Jardim dos lorde
Associação de Moradores D.FLORIANNA	14.Associação de Moradores do Sapé
Associação de Moradores Monte Cristo	15.Associação de Moradores Novo Horizonte
Associação de Moradores Nossa Senhora da Glória	16. Associação Coloninha – Casa do Povo

2. REGIÃO CENTRO/VÃO CENTRAL DO MORRO DA CRUZ

.ACAM	23.Associação de Moradores ALTO CAIERA
.Associação de Moradores ÂNGELO LAPORTA	24.Conselho Comunitário CRISTO REDENTOR
.Associação de Moradores CAIEIRA S. LIMÕES	25.Conselho Comunitário PRAINHA
.Associação de Moradores JOSÉ MENDES	26.Conselho Comunitário SACO DOS LIMÕES
.Associação de Moradores MORRO CÉU	27.Federação das Assoc. Mor. Do Estado de SC
.Associação de Moradores NOVA DESCOBERTA	28.Associação de Moradores Morro do Mocotó
.Associação de Amigos do PARQUE LUZ	29.Associação de Moradores Mor. da Queimada

3. REGIÃO CARIJÓS

.Associação APROCruz	34.Associação de Moradores SANTO ANT. LISB.
.Associação ACOIJOGOC	35.Associação de Moradores CACUPÉ
.Conselho de Moradores do Saco Grande II	36.Conselho de Moradores do Saco Grande I
.Associação de Moradores Vila Ivan Matos	37.Conselho Comunitário Barra do Sambaqui

4. REGIÃO LAGOA

3.Associação de Moradores Costa da Lagoa	42.Associação de Moradores da Lagoa
9.Associação de Moradores Canto dos Araçás	43.Comitê de Defesa da Lagoa
0.Associação de Moradores Barra da Lagoa	44.Conselho Comunitário Costa de Dentro
1.Associação de Moradores Canto da Lagoa	

5. REGIÃO SUL I

5.Associação de Moradores Morro das Pedras	51.Conselho Comunitário Tapera
6.Associação de Moradores Rua do Juca	52.Mov. Nosso Bairro Campeche
7.Associação de Moradores Areias do Campeche	53.Movimento Campeche Qualidade de Vida
8.Associação de Moradores Campeche	54.Conselho Comunitário Saco dos Limões
9.Associação de Moradores Costeira	55.Conselho Comunitário Costeira
0.Associação de Moradores Rio Tavares	56.Associação de Moradores Faz. do R. Tavares

6. REGIÃO SUL II

1.Associação de Moradores Armação	61.Conselho Comunitário Baldicero Filomeno
2.Associação de Moradores Lagoa do Peri	62.Associação de Mor. e Amigos Matadeiro
3.Associação de Mor. Amigos Naufragados	63.Sociedade Comunitária Barra do Sul
4.Associação de Moradores Pântano do Sul	64. Instituto Ambiente Sul

7. REGIÃO BACIA DO ITACORUBI

5.Associação de Moradores Morro do Horácio	73.Conselho Comunitário Agrônômica
6.Conselho Comunitário Nova Palestina	74.Associação Comunitária Vila Santa Rosa
7.Associação Comunitária Novo Rumo	75.Associação de Moradores Santa Vitória
8.Conselho Comunitário Pantanal	76.Associação de Moradores Mor. Penitenciária
9.Associação Pró desenvol. Agrônômica	77.Associação de Moradores Trindade
0.Associação de Moradores Jardim Sta Mônica	78.Associação de Moradores Itacorubi
1.Conselho Comunitário Itacorubi	79.Conselho Comunitário Córrego Grande
2.Associação de Moradores Parque São Jorge	

8. REGIÃO NORTE I

3.Associação de Moradores Vargem Bom Jesus	85.Sociedade Pró Des.Canasvieiras
4.Associação de Moradores Conj. Hab. União	86.Conselho Comunitário Balneário Ingleses
5.Associação de Moradores Freg. Canasvieiras	87.Associação de Moradores Cachoeira B. Jesus
6.Conselho Comunitário Rafael Rocha Pires	88.Associação de Moradores Rio Vermelho
7.Associação de Moradores Lagoinha	89.Associação de Moradores Jard. Moçambique

9. REGIÃO NORTE II

3.Conselho Comunitário Daniela	93.Associação de Moradores Jurerê
4.Associação de Moradores Ratores	94.Associação Comunitária Vargem Pequena
5.Associação de Moradores Praia do Forte	

Questionário – Perfil das lideranças comunitárias de Florianópolis

1) Identificação:

Nome: _____ Idade: _____
Data de nascimento: _____
Em caso de não ser natural de Florianópolis, indique há quantos anos reside na cidade: _____
Associação: _____
Tempo de atuação da associação/movimento _____ Cargo que exerce: _____
Estado Civil: Casado (a) (), Solteiro (a) (), Viúvo (a) (), Divorciado (a) (),
Outro _____
Chefe de família: SIM (), NÃO ()
Religião: Católica (), Evangélica (), Espírita (), Outra (): Especifique _____
Outro: _____

2) Escolaridade:

☐ Analfabeto
☐ 1º grau incompleto
☐ 1º grau completo
☐ 2º grau incompleto
☐ 2º grau completo
☐ 3º grau incompleto, Especifique qual curso: _____
☐ 3º grau completo, Especifique qual curso e nível de formação: _____

3) Você é:

☐ estudante
☐ do lar
☐ aposentado
☐ autônomo
☐ empregado fixo
☐ empregado temporário

Local de trabalho: _____

Função: _____

Renda média familiar: () menos de 1 salário mínimo
() + de 1 salário mínimo
() + de 3 salários mínimos
() + de 5 salários mínimos
() + de 10 salários mínimos

Atividades políticas e sociais

1) Participa de alguma das atividades abaixo:

- ☐ UFECO
- ☐ Fórum da Cidade
- ☐ Sindicato: Especifique: _____
- ☐ ONG: Especifique: _____
- ☐ Partido Político: Especifique: _____

- ☐ () filiado
- ☐ () militante
- ☐ () simpatizante

2) Sobre a sua associação/movimento:

3) Se for o caso, assinale no quadro o número de gestões de que participou e qual foi o cargo ocupado:

CARGO	1 Gestão	2 Gestões	3 Gestões	+ de 3
Presidente				
Vice-presidente				
Tesoureiro				
Secretário				
Conselheiro				
Outro				

4) Indique o número de horas semanais dedicadas à sua Associação ou Conselho comunitário: _____

5) Períodicidade das reuniões da diretoria de sua associação/movimento:

- ☐ Semanal
- ☐ Quinzenal
- ☐ Mensal
- ☐ Outra. Especifique: _____

6) Média de participantes nas reuniões de diretoria de sua associação/movimento:

- ☐ 1 a 5
- ☐ 5 a 10
- ☐ 10 a 15
- ☐ 15 a 20
- ☐ + de 20

Relações Sociais e Institucionais:

1) Sua associação/movimento mantém algum convênio e/ou subvenção:

☐ sim

☐ não

Em caso de afirmação positiva especifique com qual ou quais das instituições abaixo:

☐ Estado

☐ Município

☐ Setor Privado

☐ ONG

☐ Partido Político

☐ Igreja

☐ Outro _____

2) A relação de sua associação/movimento com a prefeitura municipal de Florianópolis é:

☐ Ótima

☐ Boa

☐ Regular

☐ Ruim

☐ Péssima

especifique: _____

3) A sua associação mantém relações próximas com outras associações/movimento:

sim (☐), não (☐)

especifique: _____

4) Indique três (03) associações/movimentos ou lideranças que você considera mais atuante ou conhecidas na cidade:

5) A relação de sua associação/movimento com a UFSC é:

(☐) Ótima

(☐) Boa

(☐) Regular

(☐) Ruim

(☐) Péssima

especifique: _____

) Assinale abaixo os problemas que você identifica no movimento comunitário de Florianópolis:

-) Falta de confiança entre as associações/movimentos
-) Falta de confiança entre as lideranças
-) Conflito entre as associações/movimentos
-) Pouca ou nenhuma participação da comunidade
-) Interferência político-partidária
-) Falta de recursos
-) Falta de democracia no interior das associações/movimentos
-) Descaso do poder público
-) Falta de assessoria técnica-operacional para atuar junto às associações/movimentos
-) Falta de assessoria política para atuar junto às associações/movimentos
-) Falta de assessoria jurídica para atuar junto às associações/movimentos
-) Falta de articulação entre as associações/movimentos
-) Outros: _____